A UNE CONTRA O SNI

Muitas arbitrariedades se cometeram em nosso país, em nome de uma pretensa revolução que jamais venceu, porque jamais esteve do lado do povo. Os militares tomaram o poder pela força, violentaram selvagemente nossas instituições, imiscuiram-se com arrogância nas coisas públicas, aviltaram e conspurcaram os ideais que nos impeliam na busca do nosso destino.

No domínio dos quartéis formaram-se poderosas castas, seduzidas pela volúpia do poder e por ambições desmedidas, que não punham limites à violência e à crueldade com que buscavam atingir seus objetivos.

É claro que o povo lutou! Da maneira como podia. E na linha de frente irmanavam-se mãos operárias e peitos de estudantes, lado a lado, seqüestrados, presos, torturados, desaparecidos, mortos... mas jamais calados!

Por vinte e um anos manteve-se ativo o mais violento aparelho repressivo que o país jamais viu. Os estudantes e a universidade foram as vítimas prediletas dos órgãos brutais da repressão e da ditadura. Nas universidades brasileiras instalaram-se as famigeradas Assessorias de Segurança e Informação — ASI —, órgãos montados a partir do SNI e que, no desempenho de suas funções de espionagem, não hesitavam em mandar vetar professores, expulsar estudantes, demitir funcionários, prender, torturar e matar.

Em 1986, os estudantes da Universidade Federal do Ceará invadiram a sede da ASI que funcionava naquela universidade e seqüestraram mais de 300 quilos de documentos lá arquivados. E, em plena "Nova República", os diretores do DCE foram arbitrária e ilegalmente presos e interrogados.

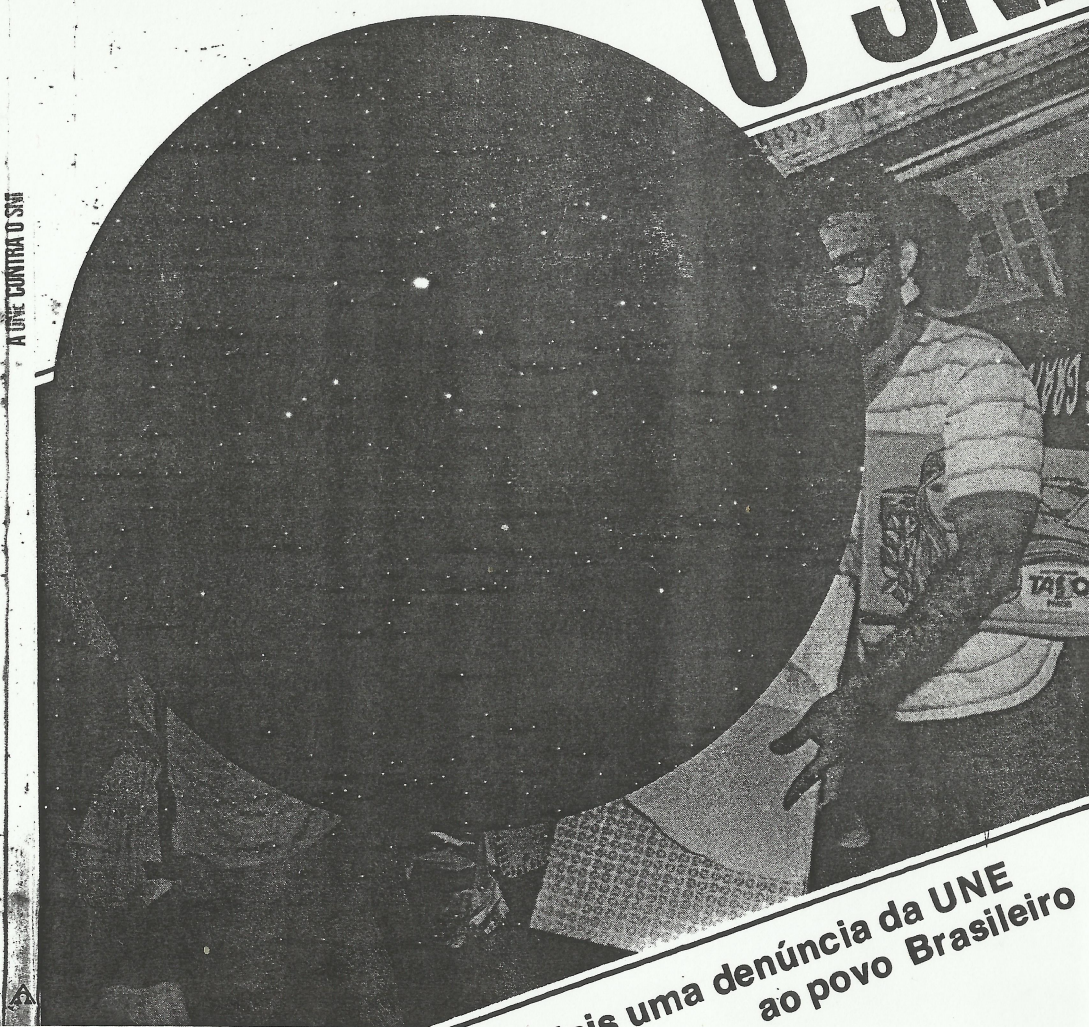
Este livro é o relato desse episódio, uma denúncia, a prova palpável de que esses órgãos da repressão estão em pleno funcionamento, ao contrário do que dizem as informações oficiais. É um magnífico dossiê que traz os facsímiles dos documentos mais expressivos confiscados na invasão: documentos que são o retrato-vivo da guerra desigual e patética entre o movimento estudantil e o governo dos generais, e que comprovam que ainda continua a intromissão na vida política dos brasileiros.

Este dossiê deve contribuir para a consciência de que as lembranças velhas, ultrapassadas, carcomidas, de uma "revolução" que não deixou boa memória têm que ser extintas de uma vez por todas! Neste ano de Constituinte, que as manhãs se vistam de esperança, em todos os lugares desta federação, que a Constituição-aurora-que-nasce não seja mais um sonho louco que busca a liberdade. Que, da semeadura da luta dura, possa nascer a democracia, como um novo dia!

Autor nacional · Cultura brasileira

A UNE CONTRA O SNI

EDITORA ALFA-OMEGA

A UNE CONTRA O SNI

...is uma denúncia da UNE ao povo Brasileiro

Produção gráfica e planejamento
Ariston Lucena

Capa
Jayme Leão

Revisão
Ariston Lucena
Jesus Antonio Pugliesi
Lúcia Maria Andreoli
Márcia Frezza

Composição
Gazeta Mercantil

Impressão
Artes Gráficas Guaru S.A.

EDITORA ALFA-OMEGA LTDA.
Rua Lisboa, 489 – Tel. (011) 852-6400
05413 – São Paulo – SP.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Tábua geral da matéria

Dedicatória

Dedicamos este nosso trabalho a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, foram vítimas desse sinistro sistema de informação e, em especial, àqueles que não mais estão entre nós, jovens, na sua maioria, estudantes universitários, ex-dirigentes da UNE como Helenira Rezende e Honestino Guimarães. A eles rendemos a nossa homenagem.

Agradecemos a João Leônidas Frota de Castro e Julio Marcelo de Oliveira, alunos da Universidade de Brasília, pela ajuda prestada na catalogação do material resgatado no Ceará.

Agradecemos, em especial, ao amigo e grande profissional da imprensa, Jaime Sautchuk, pela valiosa colaboração dada no desenvolvimento deste trabalho, orientando, criticando quando necessário, enfim, tornando viável a realização do mesmo.

Por fim, agradecemos aos bravos estudantes do Ceará, que com determinação e ousadia tomaram a sala da ASI da UFC, recolhendo todos os documentos ali existentes, fato que marca a nossa história na luta contra os órgãos de repressão e pela liberdade e verdadeira democracia em nosso país.

Toda noite tem aurora
Raios, toda a escuridão
Moços, creiamos, não tarda
A aurora da redenção.

Castro Alves

(O Século – Edições de Ouro)

1.

Apresentação

No momento em que o Brasil discute o papel que deve ser desempenhado pelas Forças Armadas na nossa sociedade, a União Nacional dos Estudantes – UNE – traz aos estudantes, à comunidade universitária e a todos os brasileiros mais uma contribuição para esse debate. Neste *A UNE contra o SNI*, a entidade máxima dos estudantes nos presenteia com um caso concreto da luta pela extinção do chamado "Sistema de Informações", a espinha dorsal do regime militar que maltratou o Brasil durante 21 anos.

Esse "Sistema", que ainda perturba a vida dos brasileiros, foi montado a partir do Serviço Nacional de Informações – SNI. Seus tentáculos estavam – e, em boa parte, ainda estão – em todos os lugares, inclusive nas universidades. Ali funcionavam as Assessorias de Segurança e Informação – ASI – que, além de bisbilhotarem a vida dos estudantes, professores e funcionários das universidades, mandavam vetar, expulsar, demitir, prender, torturar e matar.

O caso que nos relata este livro é muito rico. Em agosto passado, os estudantes da Universidade Federal do Ceará – UFC – decidiram, em assembléia geral, invadir a sede local da ASI e seqüestrar os documentos lá arquivados. É um magnífico dossiê, pois são documentos que mostram, com a frieza das letras, timbres e carimbos, aquilo que todo mundo sabe, mas muitos ainda procuram esconder.

Trata-se de um relato cuidadoso do caso, dividido em quatro capítulos. O primeiro faz um histórico do "Sistema de Informações" no Brasil. O segundo é uma entrevista com a presidente da UNE, Gisela Mendonça, que narra o que a entidade está fazendo – e por quê o faz – sobre este tema. O terceiro é um relato minucioso de todo o episódio, desde a assembléia que decidiu pela invasão da ASI até a soltura, três dias depois, dos estudantes presos sob a acusação de "furto". Por fim, vêm os fac-símiles de alguns dos documentos mais expressivos entre o pesado (no total foram confiscados 300 quilos de papel) resultado da invasão.

É um trabalho que engrandece a UNE e os estudantes. Assim como os assuntos de nossas aldeias devem ser os mais universais, o caso localizado da UFC interessa a todos os brasileiros. E, com certeza, este *A UNE contra o SNI* contribuirá grandemente para escorraçar das universidades e das nossas vidas esses órgãos da repressão. Tomara!

Brasília, outubro de 1986
Jaime Sautchuk

2. O rastro da serpente

Quando na assembléia dos estudantes da Universidade Federal do Ceará – UFC – convocada pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE –, para quarta-feira, 27 de agosto de 1986, foi decidido invadir a Assessoria de Segurança e Informação – ASI – que funcionava naquela universidade, ninguém imaginava que se estava dando início a uma das maiores denúncias da existência e funcionamento destas tristes "Assessorias".

A resposta ao gesto ousado e corajoso dos estudantes que se apoderaram das pastas secretas veio logo, por parte daqueles que não querem que a verdade venha a ser esclarecida. No dia 29 de agosto, sexta-feira, a sede do DCE-UFC foi invadida por agentes da polícia federal que prenderam a diretora do DCE, Liduína Fonteles, e os estudantes Francisca Márthir (Martinna) e Inácio Arruda. Esses estudantes foram enquadrados no artigo 155 do Código Penal (furto qualificado). Segundo Silvio Braz-Peres, da Ordem dos Advogados do Brasil, esta prisão foi feita "de maneira totalmente arbitrária e ilegal".

A invasão da ASI culmina com uma série de fatos que vinham se sucedendo.

No início do mês de junho, por descuido do Serviço Nacional de Informações – SNI –, chegou às mãos do DCE-UFMG um "relatório confidencial" que continha informações sobre as eleições daquela entidade, onde enumerava e qualifi-

cava política e ideologicamente os novos diretores. Era a velha prática da intromissão e da espionagem oficial na vida política, social e até particular das pessoas. O fato teve repercussão nacional.

Em meados dos mês de julho outra revelação veio acirrar ainda mais a denúncia sobre o funcionamento dos órgãos de repressão: o reitor da UFRJ, professor Horácio Macedo (eleito diretamente), revelou de público que tinha recebido uma circular do Ministério da Educação, que orientava sobre a reativação das ASIs em todas as universidades.

A 43ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que se realizou no final do mês de julho, em Salvador, condenou essa orientação do Ministério da Educação.

A UNE, que já tinha denunciado de público o relatório do DCE-UFMG, deflagrou uma ampla campanha contra as ASIs e orientou todas as entidades estudantis para que se mobilizassem e evitassem, na prática, a reativação dessas Assessorias.

As pastas recolhidas na UFC, além de revelarem fichas de professores, estudantes e funcionários, entre eles reitores, deputados e ministros de hoje, foi uma comprovação prática do pleno funcionamento desses órgãos dentro das universidades, o que se contradita com as informações oficiais do Ministro da Educação.

Como em todo regime ditatorial, os militares que golpearam a democracia em 64 procuraram montar um monstruoso aparato repressivo para perseguir, prender, torturar, e matar todos os opositores do seu governo, ou seja, democratas e patriotas inconformados com a ditadura.

Assim é que em junho de 1964 foi criado pelo General Golbery do Couto e Silva o Serviço Nacional de Informações – SNI –, que foi a espinha dorsal do regime militar, e onde se coordenava os demais serviços de espionagem política. Na época de sua fundação, o SNI já contava com um arquivo que continha informações sobre nada menos que 400 mil brasileiros (arquivo herdado de um "instituto de pesquisas" coordenado por Golbery). Em 1980, empregava cerca de 250 mil agentes (ou até 1 milhão, acrescentando os colaboradores).

Em 1967 foram criados em todos os Ministérios civis as

Divisões de Segurança e Informação – DSIs –, vinculadas aos respectivos ministros e ao SNI, é claro. O prolongamento das DSIs dentro das universidades, nas autarquias, empresas públicas e de economia mista são as ASIs, como essa que foi invadida no Ceará.

Fazem parte ainda dessa sinistra "comunidade de informações" os centros de informação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – CIE, CENIMAR e CISA respectivamente. E ainda há mais. Em julho de 1969 as polícias estaduais foram militarizadas e seu controle foi centralizado sob o comando do Exército. Nesse mesmo mês foi criada a mal-afamada Operação Bandeirantes, a OBAN, que se tornaria o embrião dos Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações (CODI-DOIs). Todos esses organismos se tornaram antros de carrascos, homicidas, fascistas, desequilibrados mentais de toda a espécie que, através da espionagem, da tortura e dos assassinatos, promoveram as maiores atrocidades e desrespeitos à condição humana de que nosso país já foi testemunha. Tudo em nome do combate aos "inimigos da democracia e da ordem social".

O triste saldo

No período de 1964 a 1979, cerca de 400 pessoas foram assassinadas, 4817 cassadas, 128 foram banidas, por volta de 10 mil exiladas, 263 estudantes foram afastados das escolas por força do Decreto-lei nº 477 e *500 mil* brasileiros, em diferentes níveis, indiciados na Lei de Segurança Nacional.

Para se ter uma idéia das atividades desses órgãos, de 1966 a 1969, o número de pessoas mortas por não suportarem os horrores da tortura foi de 11. Este número pula para 70 entre 1970 e 1973, período seguinte ao da criação do DOI-CODI, que foi em 1970. O período que vai de 1968 a 1974 é mais repleto de atrocidades do que toda a ditadura do Estado Novo (1937 a 1945), cujo modelo de repressão foi copiado do nazismo de Hitler.

A sofisticação dos órgãos de repressão chegou ao macabro requinte de cursos de tortura, que eram ministrados com presos políticos sendo cobaias dessas aulas.

Enquanto as verbas para a educação eram drasticamente

reduzidas e se implementava um projeto de privatização do ensino, as verbas dos órgãos de informação eram aumentadas.

Entre 1964 e 1981 as verbas destinadas ao SNI cresceram *3500* vezes. Aliás, os estudantes e a universidade foram vítimas prediletas dos órgãos de repressão e da ditadura. Mas a UNE não se calou. O projeto de destruição da universidade e consolidação do regime militar sempre encontraram a destemida resistência do movimento estudantil.

A ditadura não apresentou, de imediato, uma política geral para a universidade brasileira. Sua linha de conduta foi a repressão pura e simples à organização e mobilização dos estudantes, ao que existia de autonomia universitária, de liberdade de cátedra, de livre debate etc. Inúmeras foram as universidades invadidas pelas tropas do Exército, à procura de livros, revistas e jornais para serem queimados ou exibidos como material subversivo apreendido. Os professores também foram perseguidos, seus magistérios postos em suspeição.

O governo, com o objetivo de sufocar a atividade estudantil, promulgou em novembro de 1964 uma lei fascista, imediatamente alcunhada pelos estudantes de "Lei Suplicy", para que a História não esquecesse o nome do seu mentor, o Ministro da Educação da ditadura, Flávio Suplicy de Lacerda. A lei vedava aos estudantes a participação em questões políticas e lhes suprimia a liberdade organizativa. O governo pretendia, com a edição da Lei Suplicy, ingressar no ano de 1965 com o movimento estudantil suficientemente amordaçado. Enganou-se.

O início do ano letivo de 1965 encontrou os estudantes de pé, para uma resistência obstinada.

A abertura simbólica das aulas iria ser feita pelo próprio Marechal Castello Branco, na antiga Universidade do Brasil, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, a 9 de março. Oportunidade ótima para a primeira e enfática manifestação dos estudantes contra o regime, como terminou sendo a demorada vaia, conhecida como "vaias do Fundão", ou "vaia em Castello". Pouco depois, na Faculdade Nacional de Filosofia, nova e estrepitosa vaia recebia outro representante do governo ditatorial, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Luis Viana Filho. A guerra entre o movimento estudantil e o governo dos generais estava decretada.

A Lei Suplicy visava a enquadrar o movimento estudantil

em uma estrutura organizativa dependente das reitorias e do Ministério da Educação. A entidade máxima nacional a ser criada era um diretório nacional dos estudantes. Aceitá-lo seria concordar com o estabelecimento da dependência do movimento estudantil face ao Ministério da Educação. Seria também sepultar a entidade estudantil independente que uma rica tradição de combatividade tanto afirmava – a UNE.

Em julho de 1965, afrontando mil dificuldades, reúne-se em São Paulo o 27º Congresso da UNE, o último realizado abertamente, que repudia a Lei Suplicy e derrota-a na prática. A UNE só voltaria a fazer outro congresso aberto dali a 14 anos, em 1979, em Salvador, Bahia.

Depois do golpe de 64, os americanos passaram a agir na planificação educacional brasileira diretamente, via Ministério da Educação. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos foi fechado, assim como sua rede de Centros Educacionais de Pesquisas. Técnicos renomados, como o ex-reitor da Universidade de Brasília, Anísio Teixeira, foram afastados. E toda uma série de acordos começaram a ser firmados entre o MEC e a United States Agency of International Development, a USAID. Foram os acordos MEC-USAID.

Ditos acordos basearam-se no Relatório Atcon, que um certo americano, prof. Rudolph Atcon, elaborou sobre a situação universitária na América Latina. Entre as "recomendações" do citado relatório estão: "Desenvolver uma filosofia educacional para o continente; (. . .) estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e obter os meios financeiros para levar à prática tal política; criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas; (. . .) transformar a universidade estatal numa fundação privada; (. . .) eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada, como gremial; (. . .) colocar o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes num período de 10 anos (. . .)."

Atcon passou a ser o teórico da nova política educacional do país. Entre 1966 e 1968 exerceu a função de secretário executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Na ausência do presidente do Conselho, era a pessoa que presidia as reuniões do órgão. Nesse contexto de entreguismo desenfreado, foi possível a um dos acordos MEC-USAID prever a

criação de uma equipe de Planejamento do Ensino Superior, entidade a ser composta com a participação de cinco brasileiros e cinco norte-americanos. Praticava-se o crime de entregar os destinos da planificação do ensino brasileiro à mais rapace potência imperialista.

Porém o que mais mobilizou os estudantes na época foi a luta contra a repressão. Já em 1966 havia se dado o "massacre da Praia Vermelha", violenta repressão contra os estudantes cariocas que participavam do Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura, comemorado a 22 de setembro, em todo o país. Em 1966 e 1967 a UNE realizou com sucesso os seus 28º e 29º Congressos, ambos na clandestinidade. Em meio às lutas do início de 1968, a 28 de março é morto o estudante Edson Luis de Lima Souto. O bárbaro assassinato daquele secundarista que participava de uma passeata contra o fechamento do Restaurante do Calabouço, no Rio, provocou indignação generalizada. O sentimento de rebeldia, o desejo de luta contra as arbitrariedades varreu o país de norte a sul. Realizaram-se passeatas em Belo Horizonte, Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre e diversas outras cidades. No Rio de Janeiro, 20 mil pessoas participaram do cortejo fúnebre que conduziu ao cemitério de São João Batista o corpo de Edson Luis.

Uma nova realidade vinha à tona: a repressão passara a utilizar armas de fogo no combate às manifestações de massa. Daí por diante essa tendência iria se acentuar. Em junho, a polícia invadiu o prédio da antiga Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e reprimiu os estudantes. Contra uma manifestação de protesto realizada no dia seguinte, a repressão voltou a utilizar armas de fogo. Os estudantes enfrentaram o aparato repressivo numa luta corajosa e desigual. Os conflitos se generalizaram por todo o centro da cidade. Da "sexta-feira sangrenta" resultaram três mortos, 52 feridos e 400 presos.

O número de mortos ia crescendo. A ditadura demonstrava sua disposição de derramar sangue para garantir seus objetivos. O caráter brutal da repressão tocou profundamente os sentimentos democráticos do povo. No dia 26 de junho saíram 100 mil pessoas às ruas, para protestar. A amplitude da mobilização foi tão grande que o regime não ousou reprimir. Manifestações de dezenas de milhares de pessoas foram realizadas em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Goiânia.

Pode-se medir bem a perseguição aos estudantes pelo destino de nove dos presidentes de nossa entidade máxima, a UNE, da década de 60: quatro foram presos, dois exilados, dois banidos e um deles, Honestino Guimarães, desapareceu em 1973. Ao todo, foi de 26 o número de estudantes mortos ou desaparecidos.

O Centro Popular de Cultura – CPC – da UNE, que lançou sementes que muito contribuíram para o desenvolvimento da cultura em nosso país e projetou nomes como Ferreira Gullar, Oduvaldo Viana Filho, Flávio Migliaccio, João das Neves, Cecil Thiré, Carlos Vereza e Francisco Milani, no campo do teatro; Leon Hirzman e Cacá Diegues, na área do cinema; Carlos Lyra, Sérgio Ricardo e Geraldo Vandré, no terreno musical, teve sua experiência interrompida pelos militares. Os danos causados ao desenvolvimento de nossa música, teatro, literatura e cinema, pela ditadura castrense, são incomensuráveis.

Oscar Niemeyer, Josué de Castro, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Mário Schemberg, Caio Prado Júnior, Anísio Teixeira são, entre muitos outros, professores, cientistas políticos, pesquisadores de renome internacional que foram impedidos de desenvolver suas atividades, por também terem sofrido perseguições políticas nesse triste período de nossa História.

Na ASI da UFC foram encontrados vários documentos que comprovam a intromissão dos órgãos de informação na contratação e demissão de professores, transferência, escolha de dirigentes etc.

Hora de mudar

"É necessário que se discuta junto à população o papel das Forças Armadas no tolhimento da cidadania. Não podemos continuar sendo controlados por fichas. Todo esse processo no qual estamos envolvidos nos deixa bastante orgulhosos. É uma forma de mostrarmos ao Brasil uma realidade que não é mais admitida num país que está querendo partir para uma democracia."

Essa declaração foi dada por Inácio Arruda, um dos estu-

dantes presos na invasão, pela polícia federal, do DCE, na tentativa de reaver os documentos apreendidos pelos estudantes.

Mesmo depois de a ditadura ter chegado ao fim em nosso país e os militares terem perdido o monopólio do poder, que detinham há 21 anos, o monstro criado pelo General Golbery continua vivo.

Está intacto todo o aparato repressivo. Se é verdade que a sua atuação mais terrorista, como tortura, mortes e desaparecimentos, está inibida pelo sentimento democrático e de repulsa de nosso povo aos militares, a intromissão na vida política dos brasileiros continua. A qualquer momento, criando-se as condições favoráveis, esse monstro pode vir a despertar com toda a intensidade.

O SNI continua a ter *status* de ministério e recebe gordas quantias para o seu funcionamento. O órgão veio aperfeiçoando sua estrutura e hoje está sofisticado e utiliza-se do que existe de mais moderno em tecnologia. São milhares os telefones grampeados: pessoas que têm suas vidas controladas por um gigantesco sistema de escuta telefônica.

A era da informática também chegou aos meios de repressão, que lançam mão do computador para arquivar milhões de informações que recolhem a todo instante.

Entre os documentos encontrados na invasão da ASI da UFC, consta, por exemplo, o ofício circular nº 11/85/D/DSI-MEC de 3 de setembro de 1985, do diretor do DSI-MEC (Departamento de Segurança e Informação do Ministério da Educação) Jorge A. Ribeiro ao chefe da ASI-UFC, cuja finalidade era iniciar as ASIs na utilização da informática.

Arrogante e ostensiva ainda é a presença dos militares nas coisas públicas de nosso país. Somos, talvez, o único país no mundo em cujo governo é assegurado nada mais nada menos do que seis ministérios que são ocupados exclusivamente por militares: Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Marinha, Estado-Maior das Forças Armadas, SNI, e Ministro Chefe da Casa Militar.

Não há assunto que não tenha a intromissão dos militares, que se fazem de viúvas da ditadura. Emitem notas provocativas, opinam sobre economia, política, reforma agrária, questões sociais, partidos políticos, decisões do Congresso, atos do Presidente, tudo. Absolutamente tudo.

No Seminário "Educação e Constituinte" que a UNE realizou nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 1986, em Brasília, foi aprovado por unanimidade como proposta, no tema Organização do Estado, que a próxima Constituição defina o papel das Forças Armadas como apenas guardiã da fronteira nacional e que se determine, em lei, como grave crime, a tentativa de golpe de Estado, tão ao gosto de nossos militares. Que se estabeleçam punições rigorosas para os golpistas.

A perseguição aos três companheiros do Ceará demonstra o quanto ainda teremos que lutar. Processam-se estudantes por ajudarem a elucidar e denunciar uma das fases mais vergonhosas da História do Brasil. Mas onde estão os responsáveis pelo atentado terrorista do RIOCENTRO? E os assassinos do jornalista Baumgarten? Os carrascos de Dna. Lyda Monteiro da Silva, funcionária da OAB? E de tantos outros torturados, mortos e desaparecidos? Todos os responsáveis estão impunes e nem sequer um deles foi para onde na verdade deveriam estar: na cadeia.

Os mortos e desaparecidos não voltam mais para nós. Hoje são heróis e mártires da luta do nosso povo, exemplos de dignidade e amor à liberdade, à democracia e à própria vida.

Apesar de tudo isso, é intensa, neste momento, nossa busca para resgatar novos caminhos para a educação, para a cultura, as artes, para a própria universidade e todas as atividades da sociedade.

Este dossiê deve contribuir para a consciência de que todos os órgãos de espionagem e o aparato repressivo em nosso país têm que ser extintos de uma vez por todas. Que todos os males e desgraças que eles nos trouxeram, e trazem, não voltem a acontecer. NUNCA MAIS.

3.

A UNE segue o rastro

A invasão da ASI – Assessoria de Seguranla e Informação – ASI – da Universidade Federal do Ceará – UFC – E e desativação da mesma, na prática, foi, sem dúvida, uma ousada investida dos estudantes contra esse órgão que é o braço do Serviço Nacional de Informação – SNI – dentro das Universidades.

No Seminário que a UNE realizou no final de setembro, em Brasília, sobre a Constituinte, estudantes de todo o Brasil aprovaram por unanimidade a proposta de limitar o papel das Forças Armadas, que implantou esse sistema de informação na época do regime militar, e ainda hoje o controla.

Para Gisela Mendonça, 24 anos, estudante de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – é atual presidente da UNE, as Forças Armadas devem se restringir ao papel de guardiãs de nossas fronteiras e de defensoras da nação contra possíveis ataques externos.

Nesta entrevista, Gisela explica as posições da UNE sobre essa questão dos militares e da repressão aos estudantes e professores.

P1 – Gisela, qual o significado para o movimento estudantil, da invasão da ASI no Ceará?

R – Acredito que é mais um grande marco na história de lutas de nossa entidade; que é uma história que se mistura com a de

todo o povo brasileiro, na defesa da liberdade e da democracia.

Já na época de Vargas, quando da Segunda Guerra Mundial, foi a primeira voz a se levantar contra o nazi-fascismo. Ergueu alto a bandeira da soberania nacional lançando a grande campanha do "O petróleo é nosso". Agitou o país com o Centro Popular de Cultura, que lançou muitos novos artistas e deu um novo incremento à produção nessa área.

Junto com a UNE-Volante, esses artistas percorreram todos os Estados no início da década de 60, engajados na luta por melhores condições de ensino.

Veio o golpe. E está registrada a heróica resistência à ditadura exercida pelo movimento estudantil. Por isso a UNE teve muitos de seus líderes cassados, presos e torturados. Outros mortos e desaparecidos, como Honestino Guimarães, último presidente da UNE antes da reconstrução.

Participamos também ativamente das últimas grandes batalhas que levaram à vitória do povo contra o regime militar – a campanha da anistia, das diretas-já e a do candidato das oposições, Tancredo Neves, e que levou milhares de pessoas às ruas.

Portanto, os acontecimentos do Ceará não poderiam deixar de contar com a nossa presença. O que está sendo colocado com isso é a busca da verdade e da justiça. É importante que a gente esclareça os fatos: Como funcionou todo o aparelho repressivo do Estado? Quais foram as perdas, os danos causados? Não podemos simplesmente fingir que nada disso ocorreu. Muito pelo contrário. Devemos ter consciência disso para que nunca mais ocorra.

P2 – Como andam essas assessorias em outras universidades? O fato de se ter encontrado a ASI em funcionamento na Federal do Ceará é uma exceção?

R – Infelizmente não. Talvez a vigilância hoje não seja exercida no mesmo grau que em outras épocas. Ou, mesmo que sim, a conseqüência não é mais a mesma – prisão, tortura, desaparecimento, clandestinidade. Afinal, alguma coisa mudou neste país. Mas a estrutura está toda aí, continua montada. Houve até uma tentativa da diretoria da Divisão de Segurança e Informação – DSI – do Ministério da Educação, ligada ao SNI, é bom enfatizar, que através do Cel. Brochado, seu atual diretor, enviou um ofício às reitorias levantando um plano de

reativação das ASIs nas universidades. E isso foi amplamente denunciado pela imprensa.

Existem, porém, algumas universidades, como a de Brasília, cujo reitor, eleito diretamente, recolheu tudo o que havia nos arquivos, na seção de "segurança e informação" e formou uma equipe que está catalogando o material para posteriormente apresentá-lo ao público.

P3 – Mas a argumentação usada pelo Cel. Brochado vinha no sentido da necessidade de um órgão na universidade que fosse uma Central de Informações, e não mais o controle da vida política e social das pessoas . . .

R – Que Central de Informação? Para quê? Os meios de auferir conhecimento já estão aí. A área que deve conter as informações sobre o desempenho acadêmico é a de ensino e graduação; professores e funcionários devem ser admitidos por concurso público. Patrulhamento ideológico? Não, isso não. Mesmo porque, a pretexto de se investigar a vida política das pessoas, e isso já é vergonhoso, o negócio vira uma perseguição sem fim. Os documentos apreendidos no Ceará mostram claramente isso: a vida particular de cada um fichada. Na universidade, nas reuniões, nas discussões de grupo e tudo mais.* Você vai numa festa e eles ficam sabendo, isso, se não derem um jeito de também estar presentes. Você está com um novo namorado e isso já vai logo para a sua ficha. Não, não dá.

Coisas absurdas e ridículas chegaram a acontecer. Gostar da cor vermelha era perigoso. Chegaram a queimar livros de capa vermelha e a apreender um livro que falava sobre cubismo, uma escola de artes plásticas, como material subversivo proveniente de Cuba.

O livre debate de idéias, das mais diferentes concepções, junto com a sociedade, é condição fundamental para o incremento da produção cultural e científica na universidade.

P4 – Existe relação dessa política com o baixo nível de ensino hoje existente?

R – É total. O papel que cumpriram e, não tendo sido comple-

**Isto não deixou de ser uma grande vitória, que teve como causa principal o* rebuliço *da invasão da ASI da UFC e o fato deste dossiê estar saindo. No entanto, muitos desses "serviços" foram transferidos para DEMECS.*

tamente desativadas, estão aptas a cumprir, essas assessorias de segurança – ou insegurança – foi desastroso. Em todos os sentidos. Era a polícia instalada dentro do **campus**, impondo à universidade uma produção que atendesse aos interesses de um desenvolvimento dependente. E a gente sabe (e sente) o resultado disso tudo.

P5 – Mas no mês passado o governo anunciou publicamente que iria desativar as ASIs nas universidades . . .

R – Você falou certo. O presidente da República assinou decreto desativando as ASIs nas universidades, delegacias regionais do Ministério da Educação. Mas isso não é suficiente. Sequer chega a alterar muito o quadro em que hoje nos encontramos.**

P6 – Você falou na universidade servindo a um modelo de desenvolvimento econômico dependente. Poderia explicar melhor o significado dessa afirmação?

R – Havia necessidade, na época, de se formar um grande contingente de técnicos que viessem a atender a demanda de tal desenvolvimento. Não havia interesse em formar cientistas, muito menos em produzir ciência – isso era com a **matriz**, os Estados Unidos. O que se precisava era de gente que pudesse operar, ou comandar a operação de modernas máquinas que surgiram com o avanço tecnológico, bem como administrar e gerir empresas e a própria máquina do Estado, de acordo com essa linha de pensamento. E todas as áreas do conhecimento acompanhavam e eram induzidas a justificar essa proposta.

P7 – Como era feito isso na prática?

R – Por exemplo, muito contribuiram para isso os acordos firmados entre o Ministério da Educação e a USAID – United States Agency of International Development –, os famosos acordos MEC-USAID.

P8 – Existiu alguma relação entre esses acordos e as ASIS?

R – Penso que sim. E de colaboração. Isso tudo foi muito planejado e fazia parte da diretriz que foi traçada na época, pelo regime militar, para o ensino superior brasileiro, formalizada nesses acordos, cuja meta era privatizar o ensino e transformar as

***É preciso que não haja apenas "extinção oficial" ou que as ASIs mudem de nome. É preciso que elas deixem de existir na prática.*

universidade em grandes empresas, atendendo assim aos objetivos que falei anteriormente.

Veja, por exemplo, o curso de agronomia. A tendência que se deu foi a de se voltar todo o ensino para a produção de monoculturas. "Exportar é preciso." Formam especialistas em soja, sem se saber orientar a produção de arroz e feijão, alimentos básicos do povo brasileiro.

E as ASIs estavam aí para assegurar a implementação dessa diretriz.

P9 – Uma polêmica levantada na época da invasão do Ceará, mas sempre também muito comentada quando se fala em apurar os crimes da ditadura, é que a anistia já foi aplicada, para ambos os lados.

R – Considero a campanha da anistia um dos grandes marcos da história contra a ditadura. Foi o ano em que as manifestações de rua começaram a reaparecer. E o sentimento não era de que se sepultasse tudo com a liberação dos presos políticos. Muito pelo contrário. Sempre foi o de ver tudo esclarecido. Quem são mesmo os terroristas? Quem foi mesmo que matou, torturou, prendeu, forçou ao exílio e tantas outras coisas? Quem fez a lei e a impôs pela força?

As pessoas que saíram às ruas, que colocaram adesivos nos carros, que participaram de manifestações, que protestaram, não estavam pedindo anistia para os torturadores. É um absurdo, um cinismo político muito grande vir agora com essa conversa. Não podemos admitir que **Coronéis Ustras** da vida, homem reconhecido pela deputada Beth Mendes como seu torturador, continuem por aí, ocupando, tranqüilos, seus cargos públicos. O lugar correto para esse tipo de gente não é outro senão a cadeia. Por acaso estão querendo justificar a morte dos estudantes Honestino Guimarães e Helenira Rezende, por exemplo, como legítima defesa?

P10 – Você falou muito sobre a ingerência dos militares na política nacional. É sabido também que a UNE, no Seminário que realizou, tirou posição a esse respeito. Qual é essa posição?

R – Essa é uma questão que não poderíamos deixar de enfocar. São seis os Ministérios ocupados por militares no Brasil. E em qualquer coisa que se faça, plano que se desenvolva, seja na área social, política ou na área econômica, existe a interferência desse setor.

A nossa proposta é portanto a extinção completa do SNI, bem como de todo o aparato repressivo ainda existente. Isso já é um golpe na interferência dos militares, pois eles é que controlam todo o serviço de informação.

Apontamos também a substituição dos ministérios militares por um único ministério, que seria o da defesa.

P11 – E qual é o caminho que a UNE aponta diante dessa situação?

R – É importante que todas as entidades do movimento estudantil busquem se mobilizar no sentido de que essas assessorias sejam riscadas do quadro administrativo das Universidades. Mais, que tenhamos acesso a esses documentos. É esse tipo de atitude que nos dará a verdadeira segurança nacional.

P12 – Gisela, de agora em diante, como fica o caso da invasão da ASI?

R – Esse episódio já entrou para a História. De repente toda essa luta contra os órgãos de repressão toma um novo impulso a partir da descoberta desses documentos na Universidade Federal do Ceará, e isto acontece num momento histórico para o país, às vésperas da Constituinte.

O movimento estudantil demonstrou grande força. Foram muito importantes as mobilizações feitas pelo DCE-UFC e a UNE contra a prisão do Inácio, da Liduína e da Martinha, e para repudiar o SNI.

Vamos divulgar bastante o dossiê da UNE sobre o caso do Ceará para mostrar o que as ASIs nos causaram. Estamos também batalhando a divulgação das resoluções do nosso Seminário "Educação e Constituinte" que, como já falei, tocam na questão do papel dos militares e da extinção do SNI.

Vamos exigir a devolução de todo o material da UNE que foi apreendido quando a nossa sede foi invadida em 1964. Esse material é documento histórico, é um patrimônio dos estudantes e de todo o povo. E tivemos notícia de que está tudo no GENIMAR – Centro de Informação da Marinha –, no Rio de Janeiro.

Sabemos que a luta para extinguir os órgãos de repressão não é fácil. Nossos três companheiros presos no Ceará continuam sendo processados e é provável que outros possam vir a ser também. Mas estou confiante. Uma pessoa que admiro muito é d.Rosa, mãe do Honestino. Ela está sempre aí na luta,

exigindo justiça. O Honestino disse uma coisa muito bonita: "mesmo se nos prenderem, mesmo se nos matarem, ainda assim voltaremos e seremos milhões."

Estamos nós aqui de volta. A História está do nosso lado.

4.

O caso

Os estudantes da UFC viveram dias de luta e de grandes vitórias no final de agosto de 1986. Viva aqui esses momentos.

Quarta-feira, 27 de agosto

7h00 – No pátio em frente à reitoria, um estudante de Engenharia de Alimentos, de nome Watson, ajeitava o equipamento de som para a assembléia geral dos estudantes que estava marcada para às 9 horas daquela manhã. Tudo indicava que o dia iria ser quente. Tanto pelo sol que já subia, como pelo que seria discutido na assembléia. A diretoria do Diretório Central dos Estudantes havia decidido, na noite anterior, que iria propor aos estudantes a invasão da sede da Assessoria de Segurança e Informação daquela universidade. Ainda havia problemas. Um deles era o de que ninguém sabia direito onde é que ficavam as salas da ASI. Alguns diretores ficaram encarregados de descobrir o local exato.

Havia apenas a suspeita de que a tal assessoria funcionaria no andar térreo do velho prédio da reitoria, no centro de Fortaleza. É um prédio de certa imponência, com amplo hall de entrada. Na sua fachada há uma sacada, que serve de apoio para seis colunas estilizadas.

8h30 – O presidente do DCE, Ricardo Chaves, e o assessor de imprensa daquela entidade chegam ao local com a confirmação: de fato, a ASI funcionava no andar térreo da reitoria, numa sala defronte ao posto de serviços do Banco do Brasil que ali funciona. Começavam a chegar os estudantes, atraídos pela música **Coração de Estudante**, de Milton Nascimento, que tocava nos alto-falantes.

9h00 – Trezentos estudantes já haviam chegado ao pátio da reitoria. Embora esse número fosse bem abaixo da expectativa da direção do DCE, a assembléia prometia, já que se levava em conta o tradicional atraso nesses eventos. A questão da ASI, estrategicamente, não havia sido colocada na pauta da assembléia, mas já havia um zunzun entre os estudantes a respeito do assunto. A proposta de invasão já começava a se espalhar pelas faculdades.

10h00 – O presidente do DCE, Ricardo Chaves, dá início à Assembléia. O número de estudantes presentes já passava de mil, superando as previsões. "Precisamos discutir os pontos da pauta rapidamente, pois temos um assunto importante para discutir no final", advertiu ele. A pauta era o novo sistema de avaliação escolar, a questão do jubilamento e as eleições diretas para reitor, uma velha luta dos estudantes da UFC. Os estudantes começaram a se inscrever para debater esses temas e apresentar propostas sobre como encaminhar essas lutas. Essa discussão durou cerca de uma hora e meia.

11h30 – O presidente do DCE coloca em votação as propostas apresentadas sobre os temas que estavam em pauta, e foram aprovados por unanimidade. Foi decidido que os estudantes lutariam pelas eleições diretas para reitor, pelo fim do jubilamento, e que seria realizado um seminário para discutir o sistema de avaliação adotado naquela universidade.

11h45 – Um diretor do DCE pega o microfone e propõe aos estudantes presentes a invasão da ASI. A proposta foi aprovada por aclamação. Decidiu-se que os quatrocentos estudantes que ainda permaneciam no local entrariam em passeata na sede da reitoria para invadir a ASI. Uma banda que animava a assembléia iria na frente, tocando velhas marchinhas e músicas modernas. Os estudantes começaram a gritar palavras de ordem como: "Fora daqui o SNI", "Queremos nossas fichas" e "Abaixo a repressão". Iniciava-se assim a importante

investida contra os órgãos de informação montados pelo regime militar nas universidades brasileiras.

12h00 – Os estudantes entraram no prédio da reitoria e, junto ao local onde funcionava a ASI, depararam com a porta trancada. "Arromba, arromba", gritavam os estudantes. Alguns diretores do DCE resolveram atender ao pedido dos estudantes. Aos pontapés, a porta foi arrombada, levantando aplausos do grande número de estudantes presentes. Após a primeira sala, havia uma outra porta que também estava trancada. Sobre uma das mesas, porém, havia um molho de chaves, que foram usadas para abrir as demais portas. Após ultrapassarem a terceira porta, os estudantes depararam com uma sala repleta de arquivos. E os arquivos, repletos de pastas. "Queima, queima", gritavam os estudantes em uníssono. No entanto, o presidente do DCE ponderou que aqueles documentos eram importantes e que não deveriam ser queimados. "Esses documentos fazem parte da história da nossa universidade, são uma prova valiosa de um tempo que deve ficar registrado", disse ele. Os estudantes concordaram. Decidiu-se, então, que os arquivos seriam abertos e as pastas levadas para a sede do DCE. Foi um corre-corre enorme. Todo mundo queria abraçar pastas, quantas fosse possível. Começou a volta para o pátio da reitoria, sob os gritos de "Fora daqui o SNI". A banda continuava tocando.

12h30 – De volta ao pátio, o clima era de grande euforia. As pastas começaram a ser abertas. Todos queriam ver o que havia nelas, todos queriam saber se seus nomes e os dos seus amigos estavam naquele arquivo sinistro. Os comentários eram os mais variados. Os nomes de pessoas conhecidas eram anunciados em altos brados. A direção do DCE pediu que as pastas não fossem abertas ali, pois deveriam ser levadas para a sede da entidade. Os estudantes atenderam ao pedido e recolheram todo o material espalhado. Quando preparavam-se para a caminhada até a sede do DCE, distante dois quilômetros dali, chegou uma viatura da Polícia Militar, que acorreu ao local por solicitação do general Rui Nogueira, chefe da ASI daquela universidade. Os diretores do DCE argumentaram com os policiais que a presença deles ali era uma violação à autonomia universitária, o que era inaceitável. Mais pela presença de quatrocentos estudantes do que pelos argumentos, os policiais re-

solveram simplesmente acompanhar a passeata, que foi em direção ao DCE, pelas ruas de Fortaleza. Durante a caminhada, os estudantes iam explicando à população o que estava ocorrendo, obtendo apoio para sua ação.

13h30 – Os estudantes chegaram à sede do DCE, na esquina das ruas Clarindo de Queiroz com a General Sampaio, próximo ao centro da cidade. O presidente da entidade pediu a todos que levassem os documentos a uma sala existente no subsolo da sede, o que foi feito. Houve uma reunião para discutir o destino que seria dado aos documentos. A principal decisão foi a de marcar um ato público para a devolução das fichas a todos os alunos. "Vamos devolver todas as fichas aos estudantes, mas precisamos fazer isso de maneira organizada", disse Ricardo Chaves. Uma nova reunião ficou marcada para dois dias depois, sexta-feira, ali mesmo, na sede do DCE. A sala onde os documentos foram guardados e a própria sede foram trancadas. Encerrava-se assim a primeira parte deste caso.

Quinta-feira, 28 de agosto de 1986

5h30 – Começam a chegar às bancas do Ceará os primeiros exemplares dos jornais locais. Todos traziam, como manchete de primeira página, a invasão da ASI pelos estudantes, no dia anterior. Em todos os lugares era isso o que mais se comentava.

8h00 – Na universidade, o impacto causado pela invasão foi muito grande. Os jornais circulavam de mão em mão. Os que participaram da invasão contavam em voz alta os detalhes e os lances mais importantes do episódio, sob olhares curiosos. Abriu-se uma discussão sobre o que deveria ser feito com as pastas encontradas na sala da reitoria. Um consenso: tudo deveria ser denunciado, aberto à sociedade.

9h30 – Rui Nogueira, chefe da ASI, general-de-divisão R1 do Exército, nervoso e gesticulando muito, recebeu a imprensa para uma entrevista. "Quem pensa que a ASI daqui vai acabar pode tirar o cavalinho da chuva" disse o general. "Se me mandarem colocar a ASI na Igreja dos Remédios é para lá que ela vai. Eu recebo ordens, ordens". O oficial abriu alguns fichários para mostrar que nada tinha restado. Durante a entrevista, os outros quatro funcionários da ASI, sentados, apenas olhavam as declarações do chefe. Naquele dia não havia

trabalho algum. Não restou sequer papel em branco . . . Os documentos que manuseavam no serviço não estavam mais ali.

19h00 – Já estava presente um grande número de representantes de Centros Acadêmicos para participar da reunião do Conselho Extraordinário de Entidades de Base, que estava marcada. Estavam, também presentes a presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará – ADUFC –, Auxiliadora Semenhe, e a presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Ceará – ASUFC –, Vera Almeida.

19h35 – Ricardo Chaves abriu a reunião do Conselho com a presença dos representantes dos 34 centros acadêmicos da UFC. Inicia-se a discussão sobre o desdobramento dos acontecimentos.

21h40 – O Conselho realizou sua última votação. Ao final, foi decidida a realização de um ato público na quinta-feira seguinte, 4 de setembro, às 9h00, no pátio da reitoria. Ali, durante a manifestação, os estudantes interessados poderiam resgatar suas fichas com os dados pessoais.

Também foi formada uma comissão, composta por representantes do DCE, ADUFC e ASUFC, para fazer uma análise dos documentos recolhidos.

22h30 – Após a reunião, saem as últimas pessoas da sede do DCE e d. Marta, funcionária que mora há onze anos na sede da entidade, trancou suas portas. Por medida de segurança, as portas só seriam abertas a quem se identificasse.

Sexta-feira, 29 de agosto de 1986

10h50 – Na sede do DCE-UFC "seu" Dedé (José Wilton, funcionário do DCE) trabalhava normalmente. A sala onde estavam os documentos, no subsolo estava movimentada. Ali estavam o assessor do DCE Inácio Arruda, 24 anos, estudante de Direito, e Liduína Fonteles, 26 anos, estudante de Geologia, diretora do DCE. Conversavam sobre a reunião que se iniciaria mais tarde. Numa sala do andar superior estava a assessora de Cultura do DCE, Francisca Márthir – Martinha, como é conhecida. Ela fazia a inscrição de um grupo de estudantes para o Festival Universitário da Canção, que o DCE estava promovendo. Nesse momento, três pessoas bateram à porta do DCE. D. Marta, a funcionária, dirigiu-se à entrada e,

como vinha fazendo, perguntou aos estranhos o que desejavam. As pessoas se apresentaram como jornalistas que queriam fazer uma matéria com os diretores do DCE. D. Marta abriu a porta e as pessoas entraram. Lá dentro, revelaram sua verdadeira identidade. Era o delegado da Polícia Federal, César Nunes, acompanhado de dois agentes. Eles fizeram um sinal para a rua e imediatamente mais 27 policiais invadiram a sede. Dirigiram-se ao andar superior, onde estava Martinha. "Vocês têm ordem judicial para invadir o prédio?", perguntou a diretora do DCE. O delegado não respondeu. Ordenou aos agentes que a levassem para o carro. Havia policiais por todos os lados. As salas que estavam fechadas foram arrombadas pelos policiais. Era frenética a busca pelos documentos e pelos diretores da entidade.

11h00 – Os policiais desceram ao subsolo e ali encontraram Inácio e Liduína. O delegado os reconheceu de uma foto de jornal que retratava o dia da invasão da ASI e mandou os policiais algemarem os dois. Ambos foram levados presos, juntamente com todo o material encontrado. O delegado dizia: "Vamos colocar esses caras em cima de uma pick-up para que todos vejam que eles foram presos." Os agentes riam e um deles, com um estilete na mão, ameaçava os estudantes. Estes diziam que em cima da pick-up não iriam. E não foram.

11h30 – Um funcionário da UFC que passou em frente à sede do DCE e viu os carros da polícia foi ao encontro de Ricardo Chaves, que estava na esquina do quarteirão da sede e o alertou sobre o que estava acontecendo. Caso seguisse em frente, certamente Ricardo, presidente do DCE, seria preso pelos policiais que colocavam os três estudantes dentro de um dos carros utilizados na operação. Era uma kombi com apenas dois bancos.

11h40 – Os automóveis da polícia deram partida diante de um certo número de pessoas que se aglomerava na calçada. era um público que se juntou pela movimentação dos policiais. Ricardo se encontrou com Eugênio Galba, diretor do DCE, que tinha saído da sede para comprar alguns livros. Tomaram então as primeiras providências. Era necessário ir às emissoras de rádio e TV; o DCE tinha muitos contatos a fazer. O restaurante universitário e as salas de aula tinham que ser visitados. Ficou marcado um ato público para o pátio da reitoria às

15h00. Era preciso, também, entrar em contato com advogados. O momento exigia ação. Atos e protestos.

12h00 – Foi formada imediatamente uma grande corrente dentro da UFC e nas outras universidades, para convocar o ato. Nos corredores e no pátio a notícia corria de boca em boca.

Foram organizados vários grupos para passar nas salas de aula. Vários estudantes se revezaram em cima das cadeiras do restaurante universitário, denunciando as prisões e chamando para o ato público de protesto.

14h30 – Já era grande o número de pessoas que se encontrava diante do imponente prédio da reitoria e puxava o coro "Fora daqui o SNI". Muitos saíram direto do restaurante para o ato.

14h45 – Começaram a chegar os estudantes da UNI FOR, que tinham paralisado todas as aulas do turno da tarde para prestar solidariedade e entrarem na luta.

15h00 – Mais de dois mil estudantes ouviram os oradores que se solidarizaram com o movimento e repudiaram a prisão. Falaram no ato, entre outros, dois candidatos ao governo do Estado nas eleições de 15 de novembro: Tasso Jereissati, do PMDB, e pe. Haroldo, do PT. Outras lideranças políticas, sindicais e populares falaram no ato dos estudantes.

16h30 – Pelas escadarias que dão acesso à moderna entrada da sede da Polícia Federal, em Fortaleza, a movimentação era intensa. Jornalistas e advogados aguardavam uma nota oficial sobre a prisão dos três estudantes, que tinha sido prometida para as 15h30. Finalmente, o assessor de imprensa da Polícia Federal, Dauro Girão, distribuiu o comunicado oficial que dizia, no seu último parágrafo: "Os referidos estudantes serão enquadrados nas penas do artigo 155 parágrafo 4º, inciso I do Código Penal, que prevê sanção para furto qualificado, com penas de dois a oito anos de reclusão, devendo ser transferidos para os presídios do Estado. O inquérito após concluído será remetido para a Justiça Federal."

16h40 – Iniciou-se a passeata. Alguns estudantes temerosos de novas prisões, propuseram que se fosse para o centro de Fortaleza. Os diretores do DCE rapidamente intervieram. Argumentaram que a passeata teria que ir para a Polícia Federal. Era lá que os companheiros estavam presos. Não foi preciso

muita argumentação para que a passeata já estivesse na rua em direção à Av. Borges de Melo, onde fica a sede da Polícia Federal.

Vários estudantes seguravam faixas improvisadas que diziam "Abaixo o SNI". A manifestação crescia nas ruas.

17h00 – O delegado César Nunes ordenou que alguns policiais fossem buscar Inácio, para que começassem o interrogatório. O dirigente do DCE estava, desde que chegara ao local, trancado em uma sala, Liduína e Martinha estavam juntas em outra sala, escura e sem ventilação.

Na sala de interrogatórios estavam alguns policiais que tinham participado da invasão do DCE, "seu" Dedé, que prestou depoimento, o advogado dos estudantes, Benedito Bizerril, o delegado e o datilógrafo. Inácio respondeu com firmeza às perguntas. O delegado, nervoso, brigava com o datilógrafo, dizendo que o subalterno errava muito.

17h30 – Chegou a vez de Liduína e Marta serem interrogadas. O delegado perguntou qual das duas iria responder primeiro. Liduína virou-se para Martinha e perguntou se ela queria "par ou ímpar". Martinha respondeu "par" e ganhou. Liduína seria a primeira a ser interrogada.

Iniciado o interrogatório, o delegado perguntou quem tinha tomado a decisão de invadir a ASI. Liduína disse que "todos os quatrocentos estudantes da assembléia". O delegado continuou: "Você conhece algum deles?" A estudante não hesita: "Ora, como diretora do DCE conheço a todos." Na ânsia de conseguir outros nomes para incriminar no caso, César Nunes desafiou: "Diga os nomes." O datilógrafo esforçava-se para acompanhar o rápido diálogo. Liduína prosseguiu: "Lá estavam o Pedro, o José, o Manoel, a Maria, o João..."

O delegado se irritou. Deu um soco sobre a mesa e disse que não estava brincando. "Na hora da bagunça estava todo mundo junto e agora, cadê os colegas de vocês?", perguntou ele. "Estão aí, presos, sozinhos, sem UNE nem DCE para defender vocês. Eles deixaram vocês na mão."

Neste momento começou a se escutar, cada vez mais alto, dentro da sala, o coro que se aproximava "ôôôôôôôôôôôôôô Liberdade". Era a passeata que chegava.

17h45 – Em frente à sede da Polícia Federal, a Av. Borges de Melo ficou tomada por mais de três mil pessoas. Os

quatro quilômetros que a passeata percorreu não tiraram a disposição dos manifestantes que chegavam animados, gritando pela liberdade dos três estudantes que estavam presos.

Um batalhão da Polícia Militar chegou naquele momento. Eram cinqüenta homens fortemente armados de escopetas e com bombas de gás lacrimogêneo, que tentavam fazer com que os estudantes descessem os degraus que davam acesso à porta de entrada do prédio. A confusão era grande. Os policiais empurravam os estudantes e vice-versa, resguardadas as diferenças.

Os manifestantes começaram a cantar e pouco a pouco foi ficando como fato consumado a permanência de todos defronte ao prédio. Os policiais nada puderam fazer diante do espírito de luta da massa de estudantes que ali se aglomerava.

18h00 – Foi formada uma comissão para falar com o superintendente da Polícia Federal, Jeová Lemos Cavalcante, para que fosse colhida alguma informação sobre o desenrolar dos acontecimentos na prisão.

Os participantes da comissão eram, além de Ricardo Chaves, os estudantes Homero Arruda, do DCE da UECE, Lúcia Viana, do DCE da UNIFOR, o deputado Paes de Andrade e o advogado Edson Guimarães.

18h30 – Os estudantes que estavam em frente a sede da Polícia Federal, logo que notaram a volta da comissão, fizeram silêncio e cada um procurou se aproximar ao máximo de Ricardo Chaves, que fez um relato dos acontecimentos. Não havia equipamentos de som. Ricardo teve que falar aos gritos. "Pessoal, a posição deles é de só soltar os nossos colegas com um *habeas corpus*, que só poderia ter sido dado por um juiz federal, até às 18 horas."

Foi espontânea e grandiosa a vaia frente à intransigência da Polícia Federal. Ricardo usou da palavra novamente para ler um bilhete que Inácio tinha mandado, onde estava apenas escrito um poema de Bertolt Brecht, que dizia: "A injustiça avança a passo firme, os tiranos fazem planos para dez mil anos, o poder apregoa. As coisas continuam a ser como são (. . .) Depois de falar os dominantes, falarão os dominados (...) Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã."

Sob clima de forte emoção Ricardo prosseguiu: "Minha gente, nossa luta não parou." E concluiu: "Vamos ficar em

vigília até que estejam entre nós Inácio, Liduína e Martinha."
O coro soou forte: "Daqui não saio, daqui ninguém me tira..."

21h00 – O advogado dos estudantes, Benedito Bizerril, juntamente com os advogados Clayton Lima, Pádua Barroso, Dalton Rosado e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará, Silvio Braz, resolveram sair para procurar o juiz de plantão, Vicente Leal, pois até aquele momento não o haviam encontrado, para que ele pudesse arbitrar a fiança. O juiz de plantão *não estava no plantão* e ninguém o encontrou...

21h10 – Aproveitando-se da saída dos advogados, o delegado César Nunes resolveu transferir para presídios comuns os três estudantes. Inácio foi levado para o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira – IPPO –, Liduína e Martinha foram para o Presídio Feminino Desembargador Auri Moura Costa. O delegado esperava que com a saída dos dirigentes presos da sede da Polícia Federal, a vigília perderia o sentido e todos aqueles estudantes, que não haviam lhe dado descanso um só instante, iriam embora dali.

21h20 – O delegado César Nunes foi pessoalmente até o local onde estavam os estudantes em vigília para comunicar que Inácio, Liduína e Martinha não estavam mais ali. Dizia que: "Agora vocês podem ir embora. Os colegas de vocês não estão mais aqui." A vaia, porém, falou mais alto e logo ecoou o coro de: "Daqui não saio, daqui ninguém me tira." O delegado saiu gesticulando, espumando de raiva com os estudantes que riam, pulavam e dançavam com uma garra de quem só sairia dali com a vitória, ou seja: com os três colegas em liberdade.

21h20 – O carro que conduzia Martinha e Liduína para o presídio feminino deu voltas por toda a cidade. Ao passarem pelo viaduto da Av. Leste-Oeste as duas se entreolharam. Não era o caminho do presídio. Martinha segurou a mão de Liduína. Estavam com medo. Mas tudo não passava de um jogo de nervos, pois o carro tomou, logo depois, o rumo da penitenciária. As duas se aliviaram.

23h00 – Chegou na Polícia Federal uma pick-up D-10 lotada de estudantes da UNIFOR dispostos a ficar na vigília durante a noite toda. Pessoas chegavam de todos os cantos para se solidarizar com os estudantes, trazendo colchonetes e comida. Isso irritava os policiais. Um deles tentou dar um pontapé em um estudante que estava deitado. Houve um início de tumulto. O mesmo policial sacou sua arma. Um outro o segurou e disse: "Calma, rapaz."

Sábado, 30 de agosto de 1986

5h00 – Começaram a aparecer os primeiros raios de sol. Defronte à sede da Polícia Federal passou uma kombi transportando pães, que foi parada pelos estudantes. Os padeiros, sabendo do motivo daquela movimentação, doaram alguns pães. A noite que os trezentos estudantes passaram em claro não lhes tirou a animação. "Polícia Federal, queremos o mingau", gritavam os estudantes, ironizando os policiais. Um dos agentes que rondavam por ali comentou: "Esses porras não dão descanso."

9h00 – Na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – a movimentação era intensa. Todas as linhas de telefone estavam congestionadas e a sala do presidente da Ordem, Silvio Braz, totalmente lotada.

Além do presidente da entidade e da prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, ali estavam os advogados Benedito Bizerril, Jurandir Porto Rosa, Inocência Uchôa, Dalton Rosado e Clayton Lima de Assunção, e parentes dos estudantes presos. Finalmente, naquela hora, foi localizado o juiz federal de plantão, Orlando Rebouças.

O juiz encontrava-se num sítio no município de Pacatuba, cerca de 30 quilômetros distante de Fortaleza. Em quatro veículos, tendo à frente o presidente da OAB, todos que estavam na sede se deslocaram para Pacatuba. A esperança de conseguir um resultado positivo com a visita era grande. Após longa conversa, o juiz decidiu ir para a cidade.

13h00 – O grupo que foi a Pacatuba, mais o juiz Orlando Rebouças, chegaram à sede do cartório da 1ª Vara da Justiça Federal, na r. José Lourenço, onde foi arbitrada a fiança mediante o pagamento de Cz$ 300,00 (trezentos cruzados) para cada estudante.

Assim que viu o juiz assinar os ofícios para os diretores dos presídios e os três alvarás de soltura, Ricardo Chaves, saiu em disparada para a sede da Polícia Federal, onde prosseguia a vigília, para dar as boas novas. Era só uma questão de tempo para que os estudantes fossem colocados em liberdade.

13h30 – Em frente à sede da Polícia Federal o clima era tranqüilo, apesar da presença de 50 soldados da Polícia Militar, que permaneceram diante do prédio. Os estudantes, em rodinhas, tocavam violão, cantavam ou conversavam. Ricardo Chaves chegou com a notícia de que "em breve Inácio, Liduína e Martinha estarão entre nós". A alegria foi grande. Todos se abraçaram e pularam, gritando juntos "Estudante lutou, liberdade conquistou."

A todo instante chegavam mais pessoas que ficavam sabendo da notícia da liberdade, e iam aguardar a chegada dos estudantes presos.

14h00 – A festa em frente ao prédio da sede da Polícia Federal continuava. Um estudante deu a idéia de comprar rojões para soltar quando os três chegassem. Na mesma hora foi feita uma "vaquinha". Muitos contribuíram.

15h25 – A comemoração ia aumentando. Os soldados da Polícia Militar começaram a tentar tirar os manifestantes da frente do prédio. Mais uma vez o empurra-empurra. Os policiais, dessa vez, agrediram os estudantes com pontapés e socos. Um deles deu uma forte pancada no seio esquerdo de uma estudante. Ela gritou e houve um princípio de tumulto. Os estudantes, porém, animados com a notícia de liberdade dos colegas, não recuaram. Robert Burns, diretor da UNE, pediu calma e disse que ninguém aceitasse provocações. "Vamos todos nos sentar", falou Robert. Os estudantes sentaram-se e o clima se tranquilizou.

16h30 – As buzinas dos automóveis que traziam Inácio, Liduína e Martinha já eram ouvidas pelos estudantes em vigília, que esperavam os colegas presos. Nesse momento todos correram para a rua. Inácio vinha com metade do corpo para fora do carro, gritando. Martinha e Liduína faziam com os dedos o V da vitória.

No asfalto da Av. Borges de Melo começou uma grande festa. Todos os estudantes queriam abraçar os colegas que chegavam. Muitos choravam de alegria. A euforia era grande e os rojões comprados começaram a espoucar.

Foi rapidamente organizada uma passeata em direção ao pátio da reitoria da Universidade, onde havia sido realizada a assembléia que decidira pela invasão da ASI. A passeata saiu em clima de festa. Sentados sobre o capô dos carros, alguns seguravam faixas com o nome dos estudantes postos em liberdade. Iam todos anunciando pelas ruas de Fortaleza a vitória dos estudantes.

5.

O pau que matou a cobra

Os trezentos quilos de documentos confiscados pelos estudantes da Universidade Federal do Ceará demonstram como agiam e agem as Assessorias de Segurança e Informação – ASI – nas universidades brasileiras. São documentos que vão desde fichas pessoais com dados sobre todos os estudantes, até processos de expulsão de alunos ou demissão de professores. Deixam claro, também, que muitos professores e funcionários daquela universidade ajudavam a ASI a bisbilhotar a vida das pessoas, a perseguir – eram os famosos dedo-duros que existiam no regime militar.

Entre os documentos estão detalhados relatórios sobre encontros nacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE – ou pequenas reuniões de alunos da UFC. Dizer "abaixo a ditadura" ou coisa parecida já era motivo de processos que levava à expulsão de alunos com base no famigerado Decreto-Lei 477. Eram longos processos, que tomavam o tempo de funcionários e consumiam o dinheiro que deveria estar sendo aplicado na melhoria das universidades brasileiras.

A documentação demonstra, ainda, como agentes da Polícia Federal e dos órgãos de informação se infiltravam nas universidades para perseguir, para prender, para matar quem estivesse contra o regime militar. O mais grave, porém, é que os documentos encontrados na UFC não se restringem ao período da ditadura. Demonstram que as ASIs não pararam de

trabalhar com o advento da "Nova República", mantendo a mesma estrutura de funcionamento e metodologia de trabalho, embora transferidas para as delegacias do Ministério da Educação.

Isso significa dizer que a vida dos estudantes, professores e funcionários das universidades continua sendo vasculhada. As fichas com dados pessoais e informações sobre as atividades das pessoas, numa flagrante intromissão na privacidade de cada um, continuam sendo feitas. É claro que o resultado desse trabalho é outro. Essa gente já não encontra clima para prender e matar. Mesmo assim, porém, não há argumento que justifique a manutenção dessa rede de espionagem nas escolas.

A UNE acredita que a divulgação desses documentos, para conhecimento não só dos estudantes, mas de toda a sociedade brasileira, é uma contribuição importante para a consolidação da democracia no Brasil. Um regime verdadeiramente democrático não pode conviver com essa atividade torpe, clandestina e solerte dos órgãos de informação.

O último capítulo deste dossiê é, pois, uma listagem de documentos, com fotos e fac-símiles que demonstram como agiam e agem esses órgãos. Assim, a UNE "mata a cobra e mostra o pau", como diz o ditado popular, expondo o método de trabalho dos agentes da repressão e nomes daqueles que foram vítimas dela ou colaboraram com os órgãos de informação.

As fichas

Figuras hoje conhecidas nacionalmente, que passaram pelos bancos da UFC tinham fichas na ASI invadida pelos alunos. É o caso do governador do Ceará, Luiz Gonzaga "Totó" Mota, do ex-Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa e do Ministro da Irrigação, Vicente Fialho.

Publicamos algumas dessas fichas para demonstrar como agia e age o sistema de controle das universidades pelos órgãos de informação:

N.º

Nome: MENEZES NETO, PAULO ELPÍDIO DE

Filiação: PAULO ELPÍDIO DE MENEZES FILHO e ZUILA TEIXEIRA DE MENEZES

Residência: Av. Antonio Sales, 969 - Fortaleza/CE. - Fone: 2.24.30.07

Estado Civil: Casado | Idade: 13.01.1936 | Naturalidade: Fortaleza/CE.

Profissão: Prof. Universitário | Instrução: Superior

Local de Trabalho: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Centro de Humanidades da UFC Departamento de Ciências Sociais e Filosofia.

Cargos que Desempenhou:

DATA	FONTE	HISTÓRICO
09.01.73	AESI/UFC	ENC. Nº04/73
28.05.73	AESI/UFC	PB Nº82/73
17.12.73	AESI/UFC	PB Nº238/73
23.01.74	AFZ/SNI	DOC. DE INFORMAÇÕES Nº159/74
15.05.74	DSI/MEC	INFÃO Nº2110/74
21.05.74	AESI/UFC	OF. Nº108/74
09.07.74	AESI/UFC	PB Nº134/74
09.07.74	DPF/CE	INFÃO Nº905/74
11.07.74	AESI/UFC	PB Nº135/74
11.07.74	AESI/UFC	PB Nº136/74
12.07.74	DPF/CE	INFÃO Nº921/74
15.07.74	DOPS/CE	INFÃO Nº355/74
17.09.74	AESI/UFC	ENC. Nº81/74
24.10.74	DSI/MEC	INFÃO Nº4905/74 - LIBERA -
31.10.74	AESI/UFC	OF. Nº224/74 - LIBERA
16.12.74	AESI/UFC	OF. Nº243/74
13.05.75	AESI/UFC	PB Nº87/75
14.05.75	DPF/CE	INFÃO Nº538/75-[illegible]
16.05.75	DOPS/CE	INFÃO Nº260/75-[illegible]
23.05.75	10ªRM	INFÃO Nº413/75-[illegible]
23.05.75	AFZ/SNI	PB Nº252/75

N.º

Nome: MENEZES NETO,PAULO ELPÍDIO DE

Filiação:

Residência:

Estado Civil: Idade: Naturalidade:

Profissão: Instrução:

Local de Trabalho:

Cargos que Desempenhou:

DATA	FONTE	HISTÓRICO
26.05.75	AESI/UFC	PB Nº97/75
03.06.75	DSI/MEC	RD NR 403/75
09.06.75	AESI/UFC	INFÃO Nº91/75
03.07.75	P.R.P.P.	OF.Nº1780/75
07.07.75	AESI/UFC	OF.Nº85/75
21.09.76	ASI/UFCE	PB Nº416/76
23.09.76	DPF/CE	INFÃO Nº1138/76-NC
24.09.76	10ªRM	INFÃO Nº1081/76-NC
27.09.76	ASI/UFCE	INFÃO Nº221/76
04.10.76	DOPS/CE	INFÃO Nº685/76-NC
11.10.76	DSI/MEC	PB Nº3181/13554/76/2
25.10.76	ASI/UFCE	INFÃO Nº234/76
10.12.76	ASI/UFCE	INFÃO Nº270/76
03.01.79	ASI/UFC	OF.Nº001/79
12.01.79	ASI/UFC	INFÃO Nº010/79
21.05.79	ASI/UFC	INFÃO Nº115/79
10.05.83	ASI/UFC	INFÃO Nº197/83
18.11.83	ASI/UFC	INFÃO Nº652/83
25.11.83	ASI/UFC	INFÃO Nº666/83
30.08.84	ASI/UFC	INFÃO Nº519/84

N.º

Nome: MOTA,LUIZ DE GONZAGA FONSECA

Filiação: FERNANDO CAVALCANTE MOTA e MARIA HELENA FONSECA MOTA

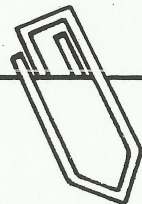
Residência: Av.Santos Dumont,5440 - Aldeota - Fone:2.24.74.77 - Fortaleza/CE

Estado Civil: Casado Idade: 09.12.1942 Naturalidade: Fortaleza/CE

Profissão: Prof.Universitário Instrução: Superior

Local de Trabalho: Centro de Estudos Sociais Aplicados da UFC - Departamento de Economia Aplicada.

Cargos que Desempenhou:

DATA	FONTE	HISTÓRICO
13.12.72	AESI/UFC	PB Nº56/72
13.02.73	AFZ/SNI	INFÃO Nº45/72-NC
25/08/82	ASI/UFC	INFÃO Nº 430/82
27/08/82	ASI/UFC	INFÃO Nº440/82

N.º

Nome: COSTA, PAULO DE TARSO LUSTOSA DA

Filiação: Francisco Ferreira da Costa e Maria Dolores Lustosa da Costa

Residência:

Estado Civil: Casado Idade: 22/11/44 Naturalidade: Sobral Ce.

Profissão: Professor (Economista) Instrução: Superior

Local de Trabalho:

Cargos que Desempenhou:

DATA	FONTE	HISTÓRICO
26.10.76	ASI/UFCE	PB Nº470/76
01.11.76	DPF/CE	INFÃO Nº1305/76-NC
04.11.76	10ªRM	INFÃO Nº1231/76-NC
08.11.76	DOPS/CE	INFÃO Nº742/76-NC
23.11.76	ASI/UFCE	PB Nº495/76
17.03.77	BSBSI	RD NR 1011/15776/SICI/2/DSI/MEC/BSB/-NC - Lib.Prof.Colaborador
22.03.77	ASI/UFC	OF.Nº75/77-NC
30.03.77	ASI/UFC	PB Nº144/77
22.04.77	BSBSI	RETEMEC NR 1599/4186/77/SICI/2/DSI/MEC/-NC - Lib.Prof.Assistente -
27.04.77	ASI/UFC	OF.Nº116/77-NC

Aperfeiçoamento

Ao invés de serem desativadas, as Assessorias de Segurança e Informação das universidades continuam ativas, como demonstram os documentos confiscados pelos estudantes. Uma documentação, datada de setembro de 1985, trata da implantação de computadores para melhorar os serviços desses órgãos de informação nas universidades.

Esses documentos comprovam que todas as universidades federais do país mantêm suas ASIs e que todas estão implantando a informática para aperfeiçoar sua atividade. Os fac-símiles comprovam que, ao invés de serem fechados para sempre, esses órgãos estão se aperfeiçoando.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

NOTA DE SERVIÇO Nº 02/85

UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA PELO SISTEMA

1 - FINALIDADE

Iniciar as ASI, que compõem o Sistema Setorial de Informações do MEC, na utilização da Informática.

2 - EXECUÇÃO

O trabalho preliminar, para a utilização da Informática pelo Sistema, consiste no preenchimento de FORMULÁRIO( ) DE ENTRADA relativo(s) ao conteúdo do documento enviado pela ASI. Este(s) FORMULÁRIO(S) DE ENTRADA acompanha(m) o documento, como anexo.

3 - FORMULÁRIO DE ENTRADA

Há dois modelos de FORMULÁRIO DE ENTRADA:
FORMULÁRIO DE ENTRADA PARA ASSUNTOS(FEPA) e FORMULÁRIO DE ENTRADA PARA PESSOA FÍSICA(FEPEF)

a. FORMULÁRIO DE ENTRADA PARA ASSUNTOS(FEPA) - anexo 1
Quando o documento versar sobre um fato, evento, ocorrência, entidade etc, preenche-se este tipo de FORMULÁRIO registrando-se os dados disponíveis no documento e descritos no FORMULÁRIO.
Neste tipo de FORMULÁRIO ressaltam-se o emprego correto da PALAVRA-CHAVE e o registro de referência, isto é, outro(s) documento(s) que trata(m) do mesmo assunto ou a ele(s) vinculado(s).

b. FORMULÁRIO DE ENTRADA DE PESSOA FÍSICA(FEPEF) - anexo 2
Destina-se a receber os dados referentes a PESSOA FÍSICA. Se o conteúdo do documento versar apenas sobre determinada pes-

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OFÍCIO CIRCULAR Nº 11/85/D/DSIMEC Em 03.09.85

Do Diretor da DSIMEC

Ao Chefe da ASI

Assunto Nota de Serviço nº 2/85

Anexos: Nota de Serviço nº 2/85 com 5 anexos.

Remeto, em anexo, a NOTA DE SERVIÇO nº 2/85, versando sobre utilização da Informática pelo SISSI/MEC, cuja aplicação terá início em 16 SET 85.

Atenciosamente,

JORGE ... DA ... RIBEIRO

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº ...

CONFIDENCIAL

O tacão do 477

Uma série de documentos comprova a perseguição de estudantes e a aplicação do Decreto-Lei 477, de triste memória. Por exemplo, um ofício datado de 7 de novembro de 1969, pedia enquadramento dos estudantes Sérgio Miranda de Matos Brito e Francisco Horácio da Silva Frota, apesar de um parecer contrário da consultoria jurídica da Universidade Federal do Ceará. O ofício continha um carimbo com os dizeres: "A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil."

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DSIEC/SEP/OF/CONF.nº 636/69

Em 07 de novembro de 1969

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações

Ao Sr. Diretor do Instituto de Matemática da UFCe

Assunto : desligamento de alunos.

Anexo: Processo nº 5089/69

Senhor Diretor

Encaminho o Processo nº 5089/69 instaurado pela Portaria nº 8/69, de 03/04/69, dêsse Instituto para que V. Sa se digne de cumprir o despacho exarado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, às fls. 54.

"Em que peze o parecer da douta Consultoria Jurídica, entendo haver, no processo, elementos suficientes de convicção, para dar, como efetivamente deu provimento ao recurso ex-oficio, determinando o desligamento dos estudantes SÉRGIO MIRANDA DE MATOS BRITO e FRANCISCO HORÁCIO SILVA FROTA, de acôrdo com o disposto no inciso II do § 1º, do art. 1º do Decreto-Lei nº 477, de 26.2.69.

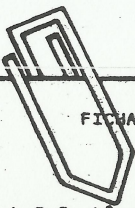
Encaminhe-se o processo, por intermédio da DSIEC".

Renovo os meus protestos de estima e consideração.

[illegible]
Diretor da DSIEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO BRASIL

CONFIDENCIAL

DF/exb

Triagem ideológica

O caro leitor é democrata, comunista, esquerdista, sem posição definida, ou o quê? Essa pergunta era e é respondida nas fichas de cada professor universitário brasileiro pelos agentes dos órgãos de informação. Dependendo da categoria em que o professor é enquadrado, será respondido, na mesma ficha, um outro questionário, com os seguintes ítens: "Não há restrições", "Os registros existentes não contra-indicam o aproveitamento", "Não existem elementos de convicção que contra-indique o aproveitamento", "Não há registros" e "Não deve ser aproveitado".

Assim, era feita a trigem ideológica dos professores que ingressavam nas universidades. Um reles agente policial tinha, portanto, o poder de impedir que um importante cientista ou ilustre professor contribuisse para a melhoria do nível das universidades.

FICHA SINTÉTICA DE APRECIAÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO
DE DADOS BIOGRÁFICOS EFETUADO

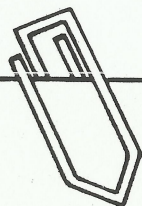
L D B Nº ____________ NOME ____________

COGITAÇÃO: ____________

1. POSIÇÃO IDEOLÓGICA	☐ DEMOCRATA ☐ COMUNISTA ☐ ESQUERDISTA ☐ SEM POSIÇÃO DEFINIDA ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
2. ATITUDE COM RELAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 31/MAR/64	☐ INTEGRADO ☐ ADESISTA ☐ CONTRÁRIO ☐ CONTRA-REVOLUCIONÁRIO ☐ SEM POSIÇÃO DEFINIDA ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
3. ATIVIDADES SUBVERSIVAS	☐ ATUANTE ☐ SIMPATIZANTE ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
4. PROBIDADE ADMINISTRATIVA	☐ HÁ REGISTROS POSITIVOS ☐ HÁ REGISTROS NEGATIVOS ☐ NÃO HÁ REGISTROS
5. EFICIÊNCIA FUNCIONAL OU PROFISSIONAL	☐ HÁ REGISTROS POSITIVOS ☐ HÁ REGISTROS NEGATIVOS ☐ NÃO HÁ REGISTROS
6. CONDUTA CIVIL	☐ HÁ REGISTROS POSITIVOS ☐ HÁ REGISTROS NEGATIVOS ☐ NÃO HÁ REGISTROS
7. OBSERVAÇÕES	

APRECIAÇÃO FINAL

☐ NÃO HÁ RESTRIÇÃO
☐ OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA-INDICAM O APROVEITAMENTO
☐ NÃO EXISTEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CONTRA-INDIQUEM O APROVEITAMENTO
☐ NÃO HÁ REGISTROS
☐ NÃO DEVE SER APROVEITADO

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

005

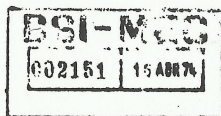
Em 13 de junho de 1973

Of. n.º 1545/CART

Do Superintendente Regional

Ao Ilmo. Sr. Coordenador do Curso de Engenharia da UFC

Assunto: Encaminhamento (F A Z)

DSI-MEC
002151 | 15 ABR 74

Senhor Coordenador:

Em atendimento aos termos do Ofício 01, de 9 do corrente mês e ano, do Encarregado do Processo Sumário instituído através Portaria nº 51/73, dessa Coordenação, tenho a satisfação de me dirigir a V.Sa. para, em anexo, encaminhar fotocópias, devidamente autenticadas, dos termos de declarações de GERALDO MAJELA LINS GUEDES, ANTÔNIO MARCONDES DE OLIVEIRA, JOSÉ FRANCISCO D O S SANTOS RUFINO, LUIZ TADEU LOPES DE FREITAS, MARCUS COSTA SAMPAIO, PAULO ROBERTO ALMEIDA ABREU, RICARDO DE MATOS ESMERALDO, JÚLIO C É-SAR PORTELA LIMÁ, ANTÔNIO MARQUES, ANTÔNIO FRANCELINO FILHO, TARCÍSIO ROLIM GOMES e PAULO AMÉRICO PINHEIRO GOIANA, bem como Auto de Acareação lavrado com algumas das pessoas mencionadas, prestadas nos autos do Inquérito-Policial nº 07/73-SR/CE, instaurado que foi para apurar atividades de militantes do Partido Comunista do Brasil, sigla PC do B, nesta área.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Sa. protestos de estima e consideração.

D. LAURELINO COELHO
Superintendente Regional

Ilmo. Sr.
Prof. Vicente de Paulo Vieira
MD. Coordenador do Curso de Engenharia da UFC
N e s t a/

NL/nl

O resultado da triagem

Primeiro a consulta à DSI – Divisão de Segurança e Informação – do MEC; depois ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – da Secretaria de Segurança Pública do Ceará e a posterior recomendação ao diretor do Centro de Humanidade da UFC "desaconselhando" o professor Eduardo Diatay Bezerra de Menezes para as funções de sub-chefe do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia.

Todos os passos seguidos. Exemplo típico de perseguição ao corpo docente e de castração ao livre debate de idéias.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 1124 /SS3/DSI/MEC/74

11 MAR 1974

ASSUNTO: PESSOA COGITADA PARA PROFESSOR DA UFCE
ORIGEM: DSI/MEC
AVALIAÇÃO:
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO ATUAL: AESI/UFCE
REFERÊNCIA: PB Nº 238/73-AESI/UFCE - 17/DEZ/73

ANEXOS:

Informamos a V.Sa. que existem registros que desaconselham o aproveitamento de EDUARDO DIATAY BEZERRA DE MENEZES, cogitado para Auxiliar de Ensino dessa Universidade.

Informado ao D.P. pelo of. nº 68/74.
" ao Diretor do Centro de Humanidades através do ofício nº 64/74

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento. (Art. 62 do R. n. 60.417 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Delegacia de Ordem Política e Social
Seção de Investigação e Segurança Política

DATA: 24/03/75

INFORMAÇÃO	X	PEDIDO DE BUSCA		N.º 159/75	CLASSIFICAÇÃO CONFIDENCIAL
INFORME		ENCAMINHAMENTO			

ASSUNTO: EDUARDO DIATAY BEZERRA DE MENEZES
ORIGEM: AESI/UFEC
DIFUSÃO: AESI/UFC DIATAY
REFERÊNCIA: PB 54/75
ANEXO:

À SI
Para o expediente que se fizer necessário
Em 25.03.75

DADOS INFORMATIVOS	X
DADOS CONHECIDOS	

EDUARDO DIATAY BEZERRA DE MENEZES, brasileiro, casado, professor.

REGISTRA: " O professor Eduardo Diatay Bezerra de Menezes, durante as aulas que ministrava na Faculdade de Filosofia Federal da Universidade Federal do Ceará, pregava idéias tidas como subversivas. Teve seu contrato rescindido e posteriormente tornado sem efeito. Sabe-se que na época a Faculdade de Filosofia Federal passou por grande agitação provocada edirigida por outros professores comunistas como Edgard Linhares e Luis Edgard Cartaxo de Arruda. O corpo discente, principalmente o setor feminino da referida faculdade participou ativamente das agitações devido a ameaça de suspenção de contrato de Eduardo Diatay e Meslair Cordeiro por atividades subversivas nas aulas que ministravam"

:-:-:

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
D.O.P.S.
S.I.S.P.

CONFIDENCIAL

– Infão 158/75/AESI/UFCE
– Arquive-se

AESI/UFCE
PROTOCOLO N.º 56
ENTRADA 25/03/75
RUBRICA

CONFIDENCIAL

PESSOAL - CONFIDENCIAL

30 de julho de 1975

111/75

Diretor da AESI/UFCE

Diretor do Centro de Humanidade da UFCE

Informações (presta)

Senhor Diretor:

Em resposta ao Ofício nº 391/75, de 17/07/75 desse Centro, informamos a V.Sa. que, até a presente data, existem registros que DESACONSELHAM o aproveitamento do Professor EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES para as funções de SUBCHEFE do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia desse Centro.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Sa. protestos de consideração e apreço.

Alberi[illegible] Barbosa de [illegible]a Filho
Chefe da AESI/UFCE

O destinatario é responsavel pela manutenção do sigilo deste documento (Artigo 62 - Decreto nº. 60.417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Infão 384/75 - DOPS/SSP/CE.

CONFIDENCIAL

Infiltração

A UNE foi sempre um dos prediletos alvos dos raivosos ataques do regime militar, que acompanhava, com detalhes, o desenvolvimento de suas atividades.

Em 1981, a UNE realizou um Conselho Nacional de Entidades Gerais – CONEG. Esta página é parte de um minucioso relatório dessa reunião que contém desde a relação de bancas de jornais alternativos que lá se instalaram, passando pela lista de todas as entidades presentes, bem como de seus diretores, até parte dos discursos proferidos e uma apreciação crítica sobre todo o evento.

O mesmo tipo de relatório existe para vários outros encontros estudantis, de professores e também de funcionários.

ASSUNTO: UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) - VII CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS (CONEG) EM CURITIBA/PR

1. A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) realizou nos dias 12, 13, 14 e 15 FEV 81, na cidade de CURITIBA/PR, O VII CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS (CONEG).
O encontro foi inicialmente coordenado pela UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES (UPE), através de uma "comissão de infraestrutura", que tomou as primeiras providências para a instalação do conclave. Posteriormente a direção destes preparativos foi assumida por JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO presidente da UNE.
Foram constituidas comissões auxiliares encarregadas da recepção, finanças, lazer, manutenção, alojamento, imprensa, agitação e propaganda. Destas, apenas a Comissão de recepção trabalhou recebendo os delegados na estação rodoferroviária de CURITIBA.
A sede do Diretório Acadêmico dos Estudantes de Ciências da Saúde (DACISA) e sua Gráfica, foram respectivamente utilizadas para localizar o Centro de Informações do CONEG e imprimir os diversos panfletos distribuidos pelos estudantes. Para alojar os observadores e delegados de representações estudantis vindos de outros Estados foram cedidos 350 leitos da CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO (CEU) e 300 do Colégio Estadual DO PARANÁ (CEP).
As reuniões do CONEG/PR foram realizadas no auditório do CEP, que foi alugado para a UNE por Cr$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), pagos pela PREFEITURA MUNICIPAL de CURITIBA.
Frente ao CEP foram instalados as bancas de vendas dos jornais alternativos como:

HORA DO POVO	- TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA
LIBELU	- COMPANHEIRO
RESISTÊNCIA ESTUDANTIL	- COMITÊ DE DEFESA DA AMAZÔNIA E MEIO AMBIENTE

As inscrições para o CONEG foram feitas no mesmo local. Para delegado ou observador foi cobrado o valor geral de Cr$ 700,00, incluindo as refeições. As pessoas que desejassem ficar até o julgamento dos estudantes Catarinenses, 17 FEV, pagaram Cr$ 1.000,00.
Paralelo ao encontro principal, foram realizadas, também, nas sedes do CEU e DACISA, reuniões preparatórias dos ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE FÍSICA (ENEF), SEMANA DE SAÚDE COMUNITÁRIA DA UNE.

ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA	TENDÊNCIAS	CHAPA	ENTIDADES CONTROLADAS
PC do B (CC)	CONVENÇÃO	VIRAÇÃO	UNE UEE/RJ UPE/PR UEP/PE UEE/SP UEE/RS
MR-8 (ALA PRESTES/PCB)	MÃOS À OBRA		
PC do B (DISSIDENTES)	CAMINHANDO	VOZ ATIVA	
APML	REFAZENDO		
MEP	RESISTÊNCIA/ ORGANIZANDO		
PCR	CORRENTEZA		
PCB (CC)	UNIDADE E DEMOCRACIA	UNIDADE	UCE/SC
OSI	LIBELU		
CS	NOVO RUMO/ PONTO DE PARTIDA	MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL	
NCB	CENTELHA	NOSSO TEMPO	UEE/MG
	PELEIA		
	TRAVESSIA		

Controle de entidades

Esta é a primeira página de um documento de 25. Nada mais, nada menos do que a relação completa de todos os integrantes da Diretoria da Associação dos Professores e da direção dos Centros Acadêmicos CAs – da Universidade Estadual do Ceará – UECE: E isso é apenas uma amostra. Documentos como este existem também para a UNIFOR – Universidade de Fortaleza e para UFCE – Universidade Federal do Ceará, assim como para toda e qualquer entidade existente nas Universidades brasileiras

CONFIDENCIAL

ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

Of. nº ...093-S/7.. 00841

Em 17.09.82

Fortaleza, 03 de setembro de 1982

Do: Vice-Chefe do SEI/CE

Ao: Ilmº Sr Chefe da ASI/UFC

Ass.: ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DA UECE

Ref.: Of. nº 009/ASI/UFC/82

Anexo: Relações dos integrantes da Diretoria da Associação dos Professores e da Direção dos DEs. e CAs. da UECE.

Senhor Chefe:

Atendendo o expediente da referência, este Serviço remete a esse Órgão as relações constantes do anexo.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a V. Sa. protestos de estima e consideração.

FLÁVIO LUCIANO COSTA LIMA GURGEL DO AMARAL
Resp. p/ Vice-Chefia do SEI/CE.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO!
(ART. 12 — DEC. 79.099 DE 06 JAN. 77 — RSAS)

ASI/UFC
PROTOCOLO N.º 149
ENTRADA 10/9/82.
RUBRICA

CONFIDENCIAL

A tortura

Durante o regime militar a prática da tortura foi amplamente difundida no Brasil, nos órgãos policiais e militares. Esses fatos já foram bastante denunciados em nosso país. Os que praticaram a tortura ainda hoje negam tê-lo feito. Os que acobertaram tal prática, alegam que desconheciam sua existência.

Entre os documentos seqüestrados pelos estudantes na Universidade Federal do Ceará há vários que apontam a prática de tortura, sem que os autores fossem alvo de inquérito ou qualquer ação. A seguir, a íntegra de um desses documentos, um "auto de interrogatório" da Justiça Militar:

AUDITORIA DA 10.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

AUTO DE INTERROGATÓRIO

Aos vinte (20) dias do mês de junho de mil novecentos e setenta 73, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na séde da Auditoria da 10.ª C. J. M., reunido o Conselho, presente a maioria dos seus membros, o réu JOSE AURI PINHEIRO, seu Advogado, Dr. Dra. Wanda Rita Othon Sidou, o representante do Ministério Público Militar, Dr. João Alfredo da Silva, pelo Dr. Auditor Dr. Angelo Rattacaso Junior, passou o Réu a ser Qualificado e Interrogado na forma do Art. 306, do C. P. P. M., do que, para constar lavrei êste Têrmo. Eu, ______, Escrivão, datilografei e subscreví.

Perguntado qual o seu nome, naturalidade idade, filiação, estado civil, residência, profissão ou meio de vida, lugar onde exerce sua atividade, se sabe ler e escrever e se tem defensor?

Respondeu: JOSE AURI PINHEIRO, Jaguaribe, Estado do Ceará, nascido a 8 de maio de 1950, Aurino Barreto Pinheiro e de Maria Edite Pinheiro, Solteiro, resid ente nesta Capital, Estudante, Estudante nesta Capital, sim, sim, Dra. Wanda Rita Othon Sidou.

Após a leitura da denúncia foi o réu INTERROGADO sôbre os seguintes quesitos:

a) Onde estava ao tempo em que foi cometida a infracão e se teve notícia desta e de que forma?

b) Se conhece a pessoa ofendida e as testemunhas arroladas na denúncia, desde quando e se tem alguma coisa a alegar contra elas?

c) Se conhece as provas contra êle apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas?

d) Se conhece o instrumento com que foi praticado a infração, ou qualquer dos objetos com ela relacionados e que tenham sido apreendidos?

e) Se é verdadeira a imputação que lhe é feita?

f) Se, não sendo verdadeira a imputação, sabe de algum motivo particular a que atribui-la ou conhece a pessoa ou pessoas a que deve ser imputada a prática do crime e se com elas esteve antes ou depois do fato?

g) Se está sendo ou já foi processado pela prática de outra infração e, em caso afirmativo, em que juizo, se foi condenado, qual a pena imposta e se a cumpriu?

h) Se tem quaisquer outras declarações a fazer.

Aos quais quesitos, em sendo interrogado, respondeu:

a) QUE o interrogando, ao tempo em que teria sido cometida a infração, encontrava-se, digo, o interrogando reside em Fortaleza, desde 1969 e tomou conhecimento da mesma quando foi preso.

b) QUE conhece apenas a testemunha JOÃO LUCENA LEAL, tendo a legar contra o mesmo o ter sido essa testemunha quem conduziu o interrogando para um determinado local onde foi por ela, testemunha, torturado.

c) QUE não conhece as provas contra si apontadas no inquérito.

d) Que, igualmente, não conhece qualquer instrumento ou objeto que porventura tenha sido apreendidos.

e) Que é falsa a imputação que lhe foi feita na denúncia.

f) Que atribui o seu envolvimento no presente processo ao fato de haver participado, como estudante, de reivindicações da classe.

g) Que nunca foi processado, em qualquer juízo.

Convidado a indicar a prova da verdade de suas declarações, na forma do § 3º do Art. 306 do CPPM, pelo interrogando foi dito que a cargo de seu defensor.

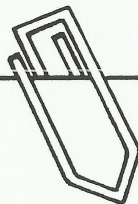
h) QUE o interrogando foi preso no dia 24 de janeiro do corrente ano, na cidade de Joao Pessoa-PB, por policiais da Delegacia Regional da Paraíba; QUE nessa ocasião tomava parte no Projeto Mauá, patrocinado pelo Ministério dos Transportes em convênio com a UFC; QUE foi então conduzido para Fortaleza, por via terrestre; QUE durante o trajeto ocorreram duas paradas; QUE nessas paradas o interrogando foi ameaçado por um dos seus condutores; QUE chegando a Fortaleza foi recolhido à Polícia Federal e, pela manhã, conduzido pelo policial JOÃO LUCENA LEAL a um local que entende seja destinado a torturas; QUE nesse local foi perguntado por JOÃO LUCENA LEAL acerca de nomes de pessoas e de organizações, indagando-se se essas pessoas e organizações eram do conhecimento do interrogando; QUE o interrogando respondeu / negativamente e, em face disso, o policial JOÃO LUCENA LEAL colocou um fio ligando um dos dedos da mão do interrogando a um dos dedos de um pé do mesmo; QUE foi-lhe aplicado então choque elétrico; QUE variavam as posições em que esse fio foi colocado em outras partes do corpo do interrogando, recebendo o mesmo choques, inclusive, nos testículos; QUE o policial por nome BARBOSA ligou um holofote projetando a luz diretamente sobre o rosto do interrogando; QUE, igualmente, foi colocado na posição "pau-de-arara", por duas vezes; QUE durante a permanência nessa última posição, o holofote aceso foi aplicado diretamente nas nádegas do interrogando; QUE, ainda, nessa posição foi inquirido e recebeu ameaças e, mesmo, pancadas a cacetes, desferidas / pelo policial JOÃO LUCENA LEAL; QUE o policial por nome ALLAN também interrogava-o, aplicando pontapés, pancadas e bofetes; QUE Alan, igualmente, fez menção de decepar uma das mãos do interrogando, empunhando uma machadinha; QUE um outro cidadão, que atendia pelo nome de Dr. LEÔNIDAS, chegou até o interrogando e declarou ao mesmo / que já tinham sido exterminados vinte e um no estado da Guanabara e que esse pessoal era dado como tendo sido vítima de atropelamento; / Que na Polícia Federal o interrogando foi algemado a um macaco de ca

- fls. 2 -

(contl do interrogl do acus. JOSE AURI PINHEIRO - Pr. 19/73)

---

a um macaco de caminhão; QUE, ainda na Polícia Federal, um cidadão por nome DR CESAR exibiu várias fotografias ao interrogando, para que o mesmo reconhecesse as pessoas das mesmas; QUE, embora não conhecesse qualquer um daqueles cujas fotografias lhe eram exibidas, o interrogando, por força da coação física e moral que vinha sofrendo, admitiu reconhecer tais pessoas; QUE um cidadão que era chamado por MAJOR, exibiu uma fotografia que disse pertencer a MAURICIO GRABOIS; QUE ao exibi-la, declarou que aquele caso não era de investigação e, simplesmente, de eliminação; QUE uma outra vez, o interrogando, juntamente com PAULO ROBERTO DE ABREU, VICENTE WALMICK VIEIRA, JOSE FRANCISCO DOS SANTOS RUFINO JOSE TARCISIO CRISÒSTEMO PRATA, MARCUS COSTA SAMPAIO, de frente para JOSÉ DUARTE, receberam a visita do Dr. LAUDELINO COELHO; QUE após uma preleção do Dr. Laudelino sobre reconhecimento, o mesmo Dr. LAUDELINO desferiu um golpe no tórax de José DUARTE; QUE o Dr. LAUDELINO, nessa oportunidade, declarou para JOSE DUARTE, / que o mesmo não deveria olhar para o interrogando e seus companheiros, porquanto êle, José Duarte, não mais exercia qualquer liderança sobre os mesmos; QUE o destino de José Duarte já estava definido, ou seja, a cadeia; QUE o interrogando foi colocado em uma cela do quartel do 23º BC medindo um metro por um e quarenta, desprovida de aparelho sanitário ou de qualquer instalação de água; QUE estando nessa cela, de certa feita, o oficial / de dia por nome PAULO CESAR, no momento em que lhe era servido o almoço, apontou a sua pistola para êle, interrogando, enquanto que mandava o pessoal da guarda apontar-lhe o seu armamento do tipo FAL; QUE, em outra ocasião, o Major FARIAS, conversando com o interrogando, disse ao mesmo que aquela dependencia não tinha condições para servir de cela a ninguém, mas que ele, Major FARIAS, não poderia fazer uma mudança sem o conhecimento ou a autorização da Polícia Federal; QUE, efetivamente foi feita uma transferência de cela, para outra bem melhor do que a primeira; QUE ainda naquele local onde recebeu as torturas, de início, um cidadão por nome Dr LEÕNIDAS declarou ao interrogando que tinham sido exterminados LINCOLN CORDEIRO OESTE, LUIZ GUILARDIM, CARLOS NICOLAU DANIELI e LINCOLN BICALHO ROQUE; QUE também o mesmo Dr. LEONIDAS declarou, ou melhor, um companheiro dêle, Dr. LEONIDAS, declarou que eles pertenciam à GESTAPO brasileira; QUE adiantou, ainda, que se não fisesse aquilo que êles, policiais, desejavam, o interrogando e seus companheiros teriam o mesmo destino daquelas pessoas; QUE ocorreram ameaças inclusive aos familiares do interrogando; QUE por ocasião da assinatura do depoimento do interrogando na Policia Federal, o interrogando não constatou a presença de João LUCENA LEAL; Que o interrogando viu apenas aporem as suas assînaturas o Dr. ARMANDO e um outro policial cujo nome ignora; QUE tal depoimento foi tomado em um domingo; QUE o interrogando declara que seu período de incomunicabilidade ultrapassou o prazo de dez dias previsto pela LSN; QUE quando foi conduzido, algemado, para aquele local que até hoje ignora, o foi com um capuz introduzido em sua cabeça; Que nesse local o capuz foi retirado de sua cabeça, quando lá chegou".

E, como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o

deu o Dr. Auditor por findo o presente interrogatório, que depois de lido e achado conforme, vai assinado na forma dalei.

Eu, ____________, Téc. Sv. Judic., o datilografei e assino.

Eu, ____________, Escrivão, o subscrevi.

Os torturadores

Cada cena da vida de uma sociedade tem seus personagens. Em muitos casos, todos os que se preocupam com os caminhos da Humanidade prefeririam que esses personagens fossem fruto da ficção. É o caso dos torturadores, aqueles carrascos, verdadeiros desequilibrados mentais, que tentavam transformar as pessoas em trapos humanos para delas obterem informações. E o pior é que esses personagens são reais.

Muitos brasileiros foram vítimas de tortura. Nos documentos seqüestrados pelos estudantes da Universidade Federal do Ceará, alguns nomes de torturadores aparecem. A quase totalidade, porém, aparece com codinomes, numa demonstração de covardia, numa evidência de que sabiam que não estavam agindo de acordo com o que a nossa gente, o povo brasileiro, queria.

Os "nomes" encontrados nos documentos são, portanto, codinomes, hoje guardados sobre o manto cinzento do anonimato. Mesmo assim, publicamos aqui esses "nomes" encontrados, ainda que sirvam apenas para que aqueles que os utilizavam cravem mais um espinho em suas consciências. Deveriam, porém, sofrer severas punições pelos seus crimes. Eis a lista:

João Lucena Leal (policial denunciado em muitos relatórios)
Barbosa
Allan
Dr. Leônidas
Dr. César
Major Farias
Dr. Laudelino Coelho
Paulo César
Dr. José Armando Rodrigues

A delação

Nenhum órgão de informação consegue obter tudo aquilo que precisa se não contar com colaboradores. São os alcagüetes, os famosos dedo-duros, que delatam as pessoas em troca de favores dos mais diversos, que vão desde o dinheiro vivo, a promoção, a garantia de emprego e essas coisas. Por conta de delações, não raro inventadas, muitas gente penou e até morreu no Brasil do regime militar.

Nos documentos encontrados na Assessoria de Segurança e Informação da UFC, entre muitas evidências de que a delação era prática corrente surgiu um caso gritante. O professor do Instituto de Física, Manuel Mateus Ventura, delatou o estudante Francisco Horácio da Silva Frota. O estudante havia, segundo a denúncia, referido-se à "ditadura militar" durante uma "aglomeração" presenciada pelo professor.

Aberto o processo, foi indicado como responsável o diretor do Instituto, professor Gil Ruben de Andrade Furtado. O professor Gil pediu, logo de início, a suspensão do aluno até que o processo tivesse curso mas, no relatório final, o rapaz foi inocentado, por falta de provas. Mesmo assim, logo depois, Francisco Frota foi expulso da universidade, com base no Decreto-Lei 477.

Aqui, o depoimento do próprio professor Mateus Ventura e, como prova testemunhal da delação, o depoimento do secretário do Instituto de Química daquela universidade, Francisco Walter Leitão Teófilo. Estes são os documentos:

D E P O I M E N T O

Às 08:30 hs. do dia 26 de março de 1969, na presença do Sr. Gil Ruben de Andrade Furtado, designado por Portaria nº 01/69, do Diretor do Instituto de Física da Universidade Federal do Ceará, para Encarregado do Processo que é citado o aluno FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA, prestou depoimento o Prof. Manuel Mateus Ventura, cujos têrmos transcrevo abaixo e vai assinado por mim e o mesmo –

"Por volta das 8:00 horas do dia 3 de março próximo passado, estava eu com os Secretários dos Institutos de Química e Biologia, quando constatei uma aglomeração de alunos veteranos dos Institutos Básicos e dos recem ingressos. Estavam realizando um trote. Conversei com vários alunos sôbre a evolução do trote, num sentido mais civilizado. Foram apenas recomendações. Depois ficou perplexo com o aluno Sérgio, pois subiu a um banco, para um discurso rápido. Em linguagem forte falou contra a ditadura. Em seguida subiu ao banco um rapaz que não conhecia. Fêz um pequeno discurso, numa linguagem não violenta como a do Sérgio, mas com o mesmo teor. Após, chamou o rapaz e avisou que ia comunicar à Reitoria essa ocorrência e pedir a sua punição, pois o mesmo devia saber que essas manifestações estão proibidas. Declarou o rapaz que não sabia. Fiz ver então que o mesmo desconhecia uma coisa que todos já sabem. Pediu ao Tavares para tomar o nome do rapaz, tendo o mesmo negado e disse que o Tavares perguntasse aos colegas".

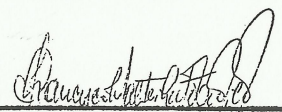
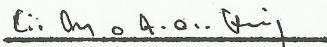
Nada mais foi dito nem perguntado.

Fortaleza, 26 de março de 1969.

[assinatura]

Prof. Manuel Mateus Ventura

[assinatura]

Gil Ruben de Andrade Furtado
Encarregado do Processo

DEPOIMENTO

As 9:00 hs. do dia 26 de março de 1969, na presença do Sr. Gil Ruben de Andrade Furtado, designado por Portaria nº 01/69, do Diretor do Instituto de Física da Universidade Federal do Ceará, para Encarregado do Processo que é citado o aluno FRANCISCO HORÁCIO DA SILVA FROTA, prestou depoimento o Sr. Francisco Walter Leite Teófilo, Secretário do Instituto de Química, cujos têrmos transcrevo abaixo e vai assinado por mim e o mesmo:

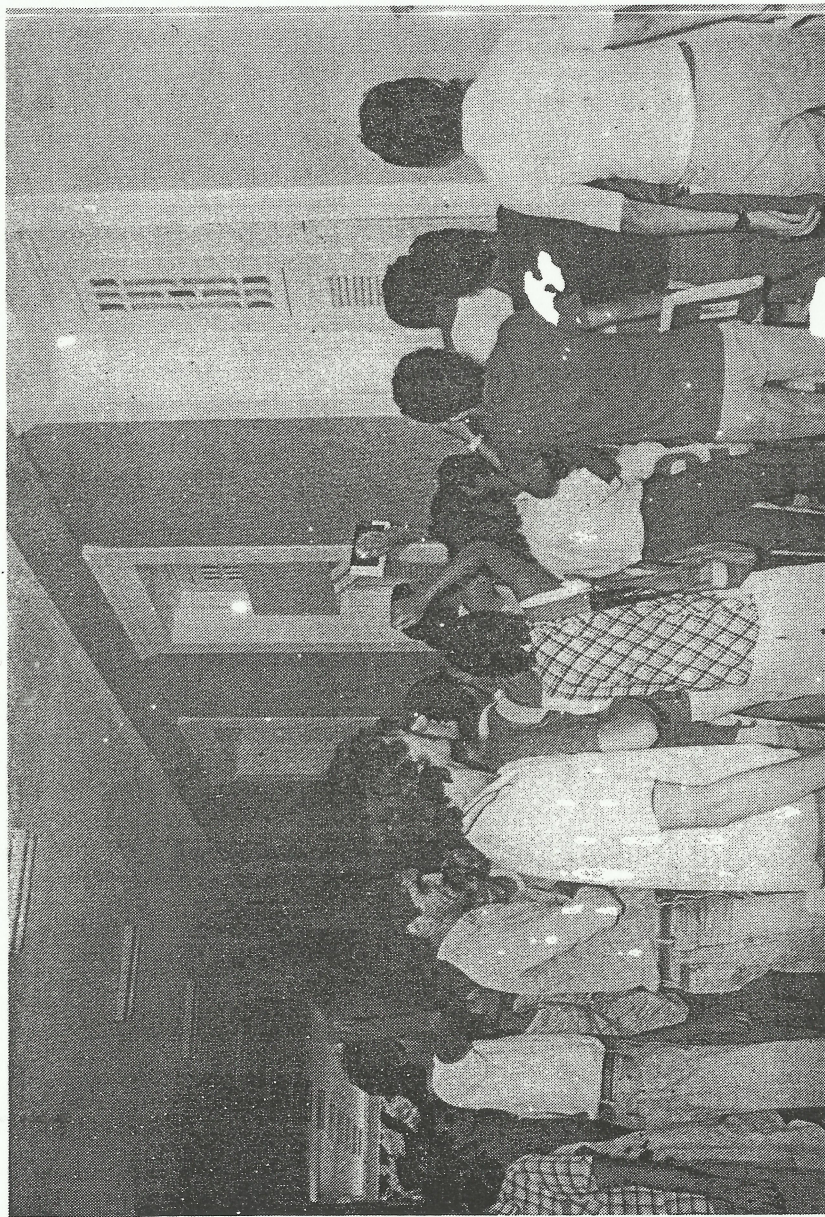
"Fui a cantina dos Institutos Básicos, por volta das 8:00 hs. do dia 3 de março último, e na volta constatei que havia uma aglomeração de alunos promovendo um trote de congratulação de alunos calouros e veteranos. Vi quando o Prof. Ventura disse ao Tavares que chamasse a sua presença o aluno Sérgio, o que foi feito por duas vêzes, sem que o mencionado aluno atendesse a solicitação. Depois presenciei que o aluno Sérgio subia a um banco promovendo um discurso relâmpago, muito embora, dada a distância que me encontrava não foi possível captar nenhuma palavra do aludido discurso. Em seguida, o aluno Horácio também fês um discurso, o qual, pelos mesmos motivos já expostos acima, não me foi possível ouvir nenhuma das palavras proferidas pelo aluno em referência."

Nada mais foi dito nem perguntado.

Fortaleza, 26 de março de 1969.

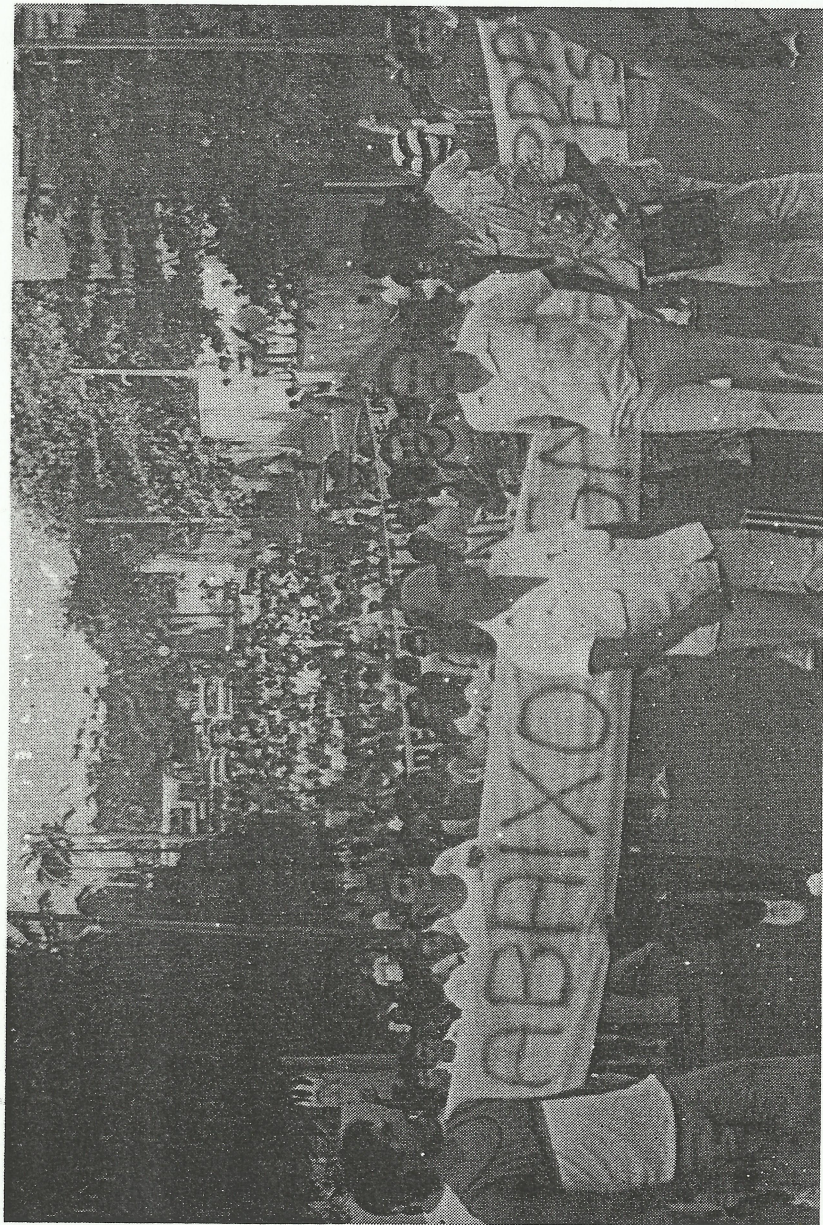
Francisco Walter Leite Teófilo

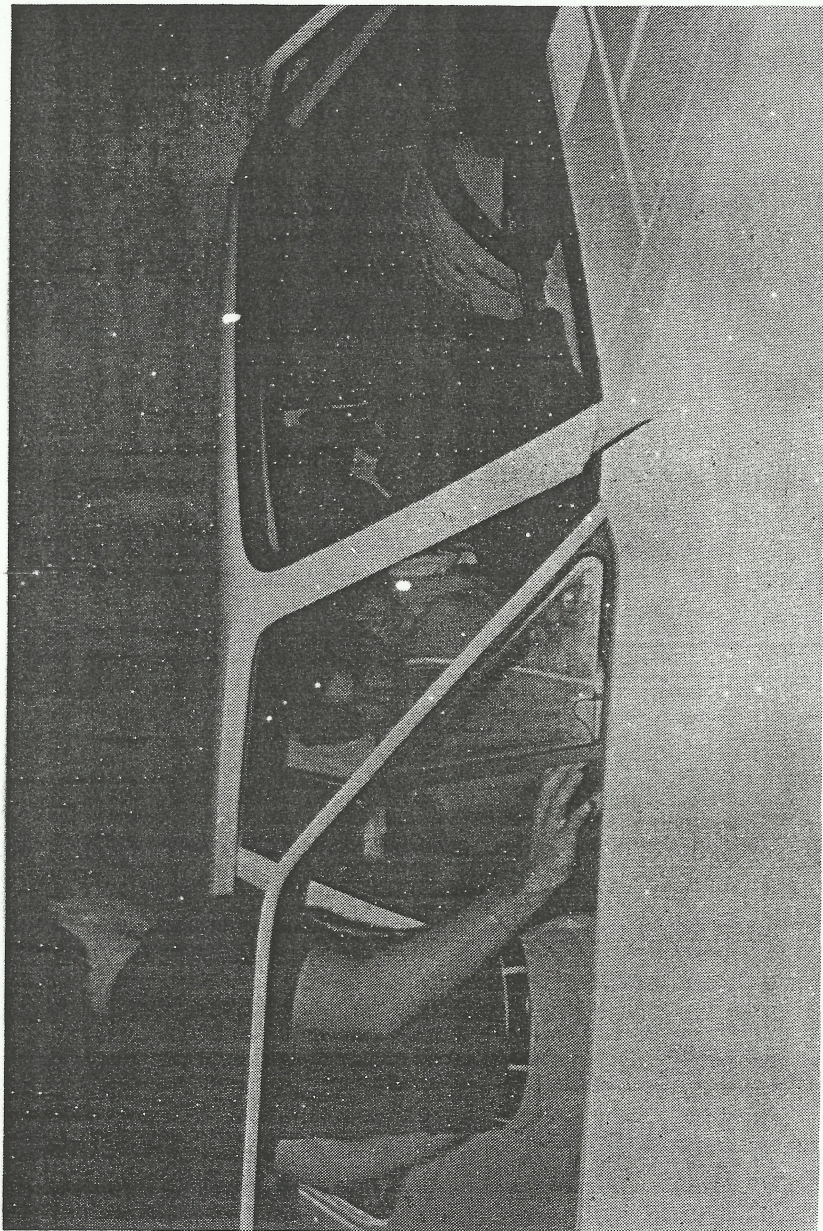
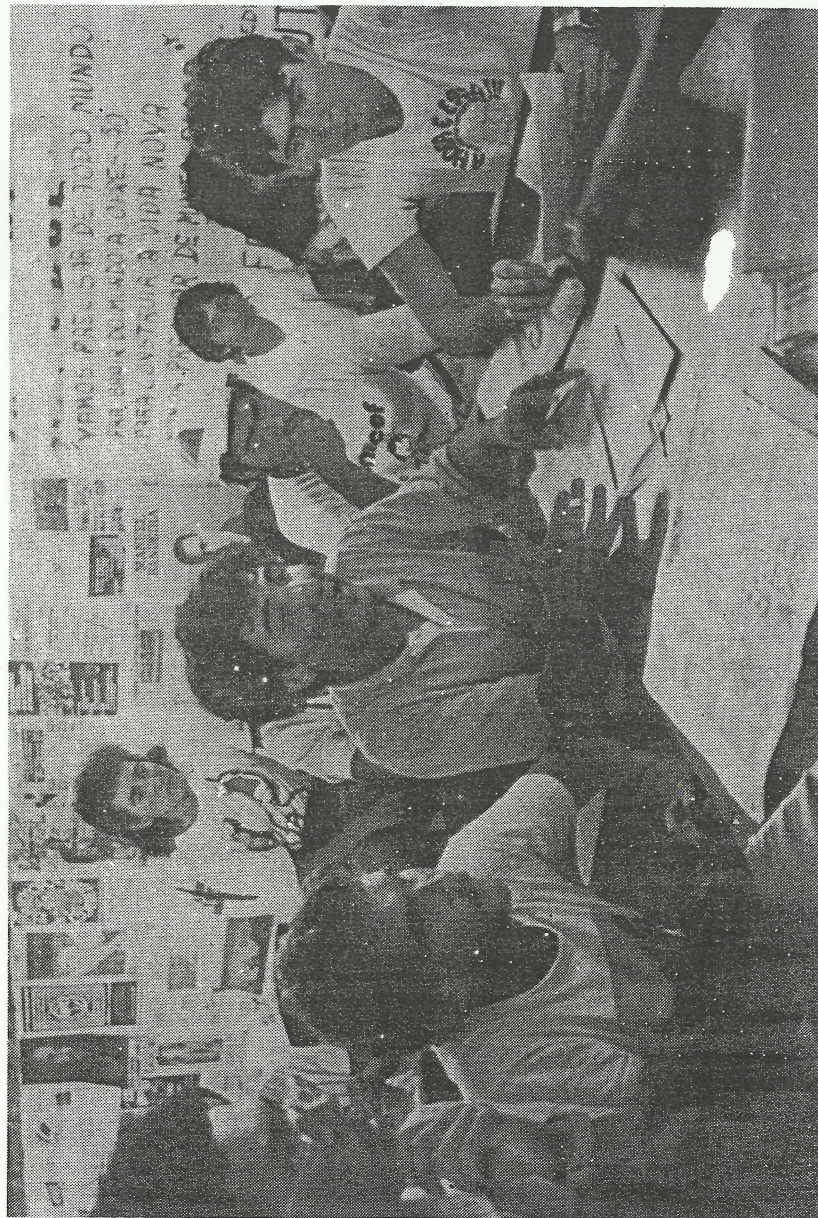
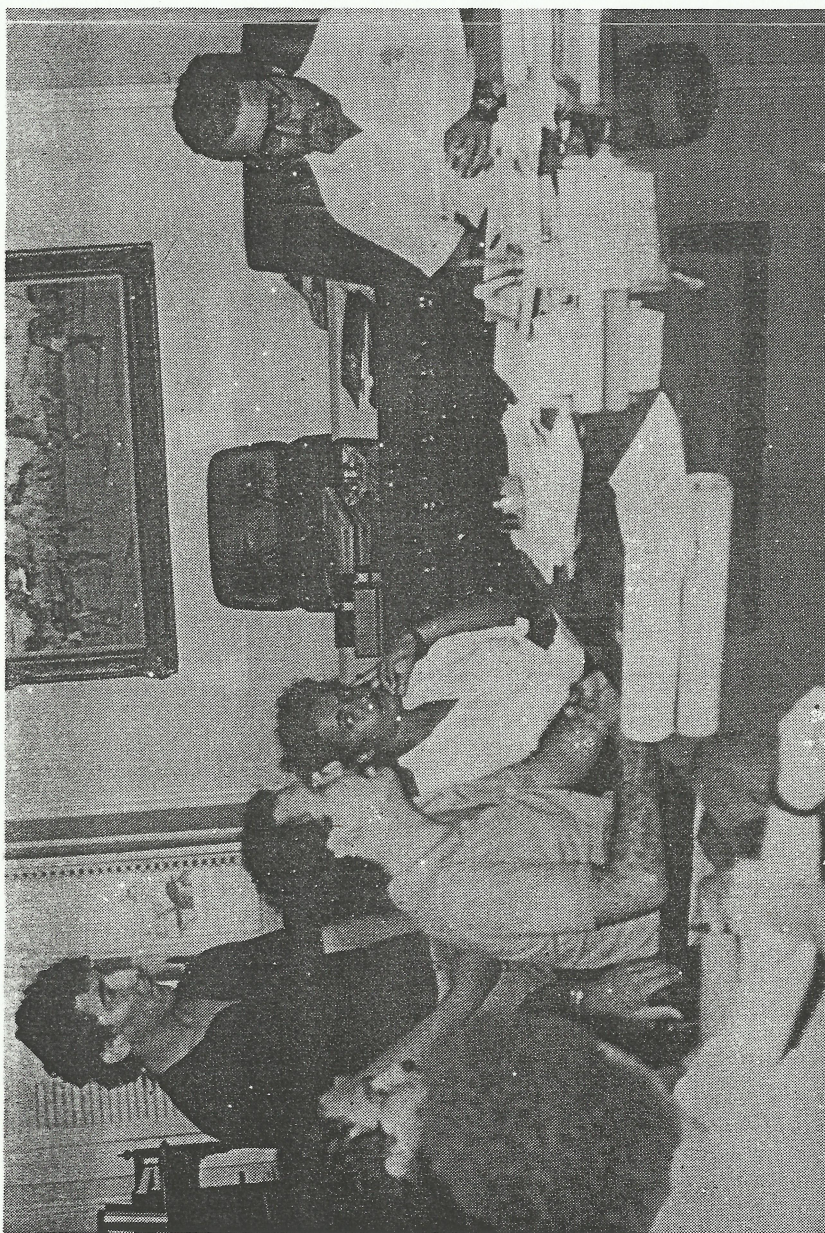
Gil Ruben de Andrade Furtado
Encarregado do Processo

Assembléia geral dos estudantes do dia 27/08/86.

Estudantes invadem a sala da Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal do Ceará.

Perto da sala da ASI, com os documentos, antes sigilosos, nas mãos. Da esquerda para a direita: Martinha, Inácio e Liduína. No canto direito, Ricardo Chaves, presidente do Diretório Central dos Estudantes — DCE — da UFC na época.

Foram por volta de trezentos quilos de papel.

A polícia tentou impedir a invasão, mas foi expulsa do pátio da Reitoria.

Três mil estudantes saem às ruas para exigir a liberdade dos três colegas presos.

A passeata terminou com uma manifestação em frente à Polícia Federal do Ceará.

Liduína e Martinha, acompanhadas dos agentes da Polícia Federal, na chegada ao presídio feminino (29/08/86).

Robert Burns, Diretor de Imprensa da UNE, ladeado por Ricardo Chaves, Presidente do DCE-UFC e Kennedy Araújo, presidente do DCE da Universidade de Fortaleza, apresenta à imprensa alguns documentos retirados da ASI. (30/08/86).

Inácio, Liduína e Martinha acompanhados dos diretores da UNE Robert Burns e Carlos Andrade, e do presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), Rovilson Brito, em audiência com o Reitor da UFC, Anchieta Esmeraldo (01/09/86).

104 pp.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DIALÉTICO
O materialismo, da Grécia clássica à época contemporânea

Este é o primeiro livro de autor brasileiro sobre o materialismo dialético publicado no Brasil desde 1964. Partindo da Grécia clássica o autor dá uma visão panorâmica das várias escolas filosóficas através dos tempos — com especial ênfase no materialismo dialético de nossos dias — ressaltando o fato de que uma filosofia verdadeira não pode estar dissociada de uma atuação política, prática.

O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE LÁ E DE CÁ

A DIALÉTICA MATERIALISTA
Categorias e Leis da Dialética

Este trabalho do filósofo soviético A. Cheptulin procura analisar as principais categorias e leis da dialética materialista, colocando-as em evidência, e expõe "a essência do materialismo dialético enquanto teoria filosófica particular".

O autor é um renomado cientista soviético, professor universitário e autor de uma série de trabalhos a respeito do materialismo dialético publicados pelas principais editoras da URSS.

356 pp.